



**INSTITUTO NACIONAL
DE ESTUDOS E PESQUISA**

**Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) - Centro de Estudos
Socioeconómico (CESE)**

Relatório

**Estudo Socioeconómico e Antropológico sobre comportamentos,
atitudes e práticas das comunidades relativo à viabilidade de
intervenções do projeto COASTAL**



Maio de 2022



**INSTITUTO NACIONAL
DE ESTUDOS E PESQUISA**

Ficha Técnica

Equipa de Pesquisadores:

- **Amadu Sadjo Djaló** – *Jurista, Licenciado em Direito*
- **Augusto Barreto** – *Sociólogo, Mestre em Educação e Sociedade*
- **Daniel Soares Cassamá** – *Sociólogo, Mestre em Ciências Sociais*
- **Didier Té** – *Antropólogo, Mestre em Estudos Étnicos Africanos*
- **Samba Tenen Camará** – *Economista, Mestre em Estudos Africanos*
- **Zeca Jandi** – *Sociólogo, Mestre em Estudos Étnicos Africanos*

Equipa de inquiridores:

- **Arsénio Raul Sami**
- **João Viano Pereira**
- **Ludesimira Fernando Mendes**
- **Sara Pereira Silva Correia**
- **Osange Djamila da Silva Cá**
- **Saico Baldé**
- **Albertino Cabi**
- **Raquel Fernandes**

Tratamento de Dados Estatísticos

Valerim da Silva - *Engenheiro Informático, Licenciado em Engenharia Informática*



Resumo

Dada a suas potencialidades e riqueza em recursos da biodiversidade, 26,3% do território da Guiné-Bissau está integrada no Sistema Nacional das Áreas Protegidas. No entanto, a pressão desenfreada que tem sido exercido sobre a natureza nas últimas décadas em consequência da ação humana contribuem para acelerar os fatores propensos às alterações climáticas. O estudo visa recolher as informações socioeconómicas e antropológicas com base nos conhecimentos, atitudes e práticas das populações locais face a sua visão sobre a viabilidade dos projetos de desenvolvimento e a relação estabelecida com a natureza, sobretudo em áreas protegidas e localidades limítrofes para um desenvolvimento sustentável e criar capacidade de resiliências aos riscos climáticos das Zonas I – Arquipélagos dos-Bijagós; II – Cacheu, São Domingos e Varela; III – Mansoa, Buba, Cufada e Cacine. Abordagem metodológica mista com enfoque em métodos quantitativo e qualitativo desdobrado em técnicas de aplicação de um questionário com 8 seções e 88 questões e um guião de entrevista semiestruturado que permitiu através de entrevistas exploratórias, grupos-focais e observações diretas recolher dados que estiveram na origem da produção deste relatório. No total foram inqueridas 606 pessoas entre homens e mulheres conforme se observa no Gráfico 1, e desse número, 267 correspondente a 44% pertence a sexo feminino e 339 correspondente a 56% a sexo masculino. A satisfação das necessidades básicas dos agregados familiares, sobretudo em mantimentos para alimentação das suas famílias, seguido das necessidades vitais relacionadas com acesso de outros bens essenciais que proporcionem as populações o bem-estar familiar e social tem aumentado a possibilidade de agressão e uso irracional da natureza.

Palavras-chave: Alterações climáticas; Áreas protegidas; Conservação; Desenvolvimento sustentável; Guiné-Bissau.

Résumé

Compte tenu de son potentiel et de sa richesse en ressources de biodiversité, 26,3% du territoire de la Guinée-Bissau est intégré dans le Système National d'Aires Protégées. Cependant, la pression effrénée exercée sur la nature au cours des dernières décennies du fait de l'action humaine contribue à accélérer les facteurs propices au changement climatique. L'étude vise à collecter des informations socio-économiques et anthropologiques basées sur les connaissances, les attitudes et les pratiques des populations locales concernant leur point de vue sur la viabilité des projets de développement et la relation établie avec la nature, en particulier dans les zones protégées et les localités limitrophes pour un développement durable et pour créer une résilience aux risques climatiques dans les zones I - Archipel de Bijagós ; II - Cacheu, São Domingos et Varela ; III - Mansoa, Buba, Cufada et Cacine. L'approche méthodologique mixte, axée sur les méthodes quantitatives et qualitatives, s'est traduite par des techniques d'application d'un questionnaire comportant 8 sections et 88 questions et d'un script d'entretien semi-structuré qui a permis, par le biais d'entretiens exploratoires, de groupes de discussion et d'observations directes, de collecter des données qui ont conduit à la production de ce rapport. Au total, 606 personnes ont été interrogées, entre hommes et femmes, comme le montre le graphique 1. Sur ce nombre, 267 (44%) sont des femmes et 339 (56%) des hommes. La satisfaction des besoins fondamentaux des ménages, notamment en matière d'alimentation pour nourrir leur famille, suivie des besoins vitaux liés à l'accès aux autres biens essentiels qui assurent le bien-être familial et social des personnes, a augmenté la possibilité d'agression et d'utilisation irrationnelle de la nature.

Mots-clés : Changement climatique ; Aires protégées ; Conservation ; Développement durable ; Guinée-Bissau.

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Participação por sexo	10
Gráfico 2: Participação por sexo em função de zonas.....	10
Gráfico 3: Participação segundo nível de escolaridade.....	11
Gráfico 4: Conhecimento sobre fatores e práticas que aceleram as alterações climáticas	12
Gráfico 5: Conhecimento sobre fatores e práticas que aceleram as alterações climáticas	12
Gráfico 6: Conhecimento sobre fatores e práticas que aceleram as alterações climáticas	13
Gráfico 7: Existência de associações comunitárias.....	17
Gráfico 8: Meios de educação e sensibilização que gostaria de beneficiar para a capacitação de membros da sua associação.....	22
Gráfico 9: Meios de educação e sensibilização que gostaria de beneficiar para a capacitação de membros da sua associação.....	22
Gráfico 10: Meios de educação e sensibilização que gostaria de beneficiar para a capacitação de membros da sua associação.....	23
Gráfico 11: Causas de alterações climática.....	26
Gráfico 12: Causas de alterações climática.....	26
Gráfico 13: Causas de alterações climática.....	27
Gráfico 14: Atividades económicas desenvolvidas pelas comunidades.....	29
Gráfico 15: Atividades económicas desenvolvidas pelas comunidades.....	31
Gráfico 16: Atividades económicas desenvolvidas pelas comunidades.....	33
Gráfico 17: Ameaças à conservação da natureza	41
Gráfico 18: Ameaças à conservação da natureza	41
Gráfico 19: Ameaças à conservação da natureza	42
Gráfico 20: Conflitos mais frequentes à conservação da natureza.....	42
Gráfico 21: Conflitos mais frequentes à conservação da natureza.....	43
Gráfico 22: Conflitos mais frequentes à conservação da natureza.....	43

Lista de Tabelas

Tabela 1: Associações Comunitárias	18
Tabela 2: Necessidades prioritárias apresentadas pelas comunidades locais	39
Tabela 3: Lista de Organizações de Apoio ao Desenvolvimento que atuam nas zonas de Estudo	57

Lista de Figuras

Figura 1: Prática de Lenhar para fumagem de pescado em Caravela.....	13
Figura 2: Atividade geradora de rendimento em Bruce	27
Figura 3 Estrutura atual da Escola em Edgim e ponte do trecho Suzana/Varela	34
Figura 4: Estado atual de bolanha em Djufunco e rampa de cais em Bolama	40
Mapa 1: Zonas de Estudo	15
Mapa 2: Zona I - Bubaque – Bruce e Ancadjeje, Caravela, Uno, Uracane e Bolama.....	28
Mapa 3: Zona II - Cacheu, São Domingos e Varela	30
Mapa 4: Zona III - Mansoa, Buba, Cufada e Cacine.....	32

Lista de Siglas

IPCC: Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas

ASAD: Associação Solidária Andaluza para Desenvolvimento

OMS: Organização Mundial de Saúde

ADIM: Associação de Desenvolvimento Integrado das Mulheres

ADEMA: Associação para a Defesa do Meio Ambiente

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para Infância

RGPH: Recenseamento Geral da População e Habitação

ONG: Organização Não Governamental

AIDA: Ajuda Intercambio e Desenvolvimento

AD: Ação para Desenvolvimento

BAO: Banco da África Ocidental

PADES: Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Económico das Regiões do Sul

UICN: União Internacional para a Conservação da Natureza

DIVUTEC: Associação Guineense de Estudos e Divulgação das Tecnologias Apropriadas

RA: Rede Ajuda

UE-ACTIVA: Ações Comunitárias Territoriais Integradas de Valorização Agrícola

IBAP: Instituto de Biodiversidade e Áreas Protegidas

Índice

1. Introdução.....	8
1.1. Objetivo Geral	13
1.2. Objetivos Específicos.....	14
1.3. Metodologia	14
1.4. Público-alvo	16
1.5. Análise e Tratamento de Dados	16
2. Ética.....	16
3. Resultados e Discussão.....	16
3.1. Conhecimentos Locais sobre Questões Ambientais e Desenvolvimento Sustentável	23
3.2. Atividades Económicas Desenvolvidas pelas Comunidades	27
3.2.1. Caraterização da Zona I – Bolama-Bijagós (Bubaque – Bruce e Ancadjeje, Caravela, Uno, Uracane e Bolama).....	28
3.2.2. Caracterização da ZONA II: Cacheu, São Domingos e Varela	30
3.2.3. Caraterização da Zona III – Mansoa, Buba, Cufada e Cacine	32
3.3. Necessidades em Infraestruturas Sociais Locais: Percepções de comunidades locais sobre ações e resultados de Projetos implementados	33
3.4. Ameaças e Conflitos locais à conservação da Natureza	40
3.5. Atuais formas de gestão participativa para proteção da natureza e expetativas para uma gestão sustentável.....	44
3.6. Causas de fracasso dos projetos de desenvolvimento comunitário.....	48
4. Conclusões.....	49
5. Recomendações.....	51
6. Referências.....	56
7. Anexos: Lista de Organizações de Apoio ao Desenvolvimento que atuam nas zonas de Estudo.....	57

1. Introdução

Estudar e compreender a mudança é indispensável para compreensão do problema do desenvolvimento, em toda sua complexidade e diversidade. O conceito de desenvolvimento tem evoluído em função das complexas transformações económicas, sociais e culturais que vão ocorrendo na sociedade. A mudança é, assim, condição necessária ao desenvolvimento, constatando-se que só ocorre desenvolvimento quando ocorre mudança¹.

O repto lançado pelas Nações Unidas a todos Estados, com vista ao cumprimento da sua Agenda 2030, instiga todos os países signatários de sua Carta, a adoção de políticas de governanças multissetoriais inclusivas e integradas, como condição sine qua non para irradiação da pobreza, proteção do meio ambiente e do clima garantindo desta forma o bem-estar socioeconómico e cultural de populações, meta preconizada pela Agenda 2030, por intermédio de cumprimento gradual de objetivos de desenvolvimento sustentável.

Visto que as condições socioeconómicas e culturais diferenciadas de cada país acaba determinando as dinâmicas igualmente diferenciadas das suas políticas de desenvolvimento sustentável, e estas por sua vez, determinam as posições evolutivas de países no Ranking mundial em matéria de cumprimento de objetivos de desenvolvimento sustentável, o contexto socioeconómico e cultural de cada país deve servir de matéria-prima e base de inspiração para elaboração de suas políticas de desenvolvimento sustentável.

Assim, dada a suas potencialidades e riqueza em recursos da biodiversidade, 26,3% do território da Guiné-Bissau está integrada no Sistema Nacional das Áreas Protegidas². Nas suas áreas do litoral existem extensões territoriais que albergam cerca de 4/5 da população nacional que dependente muito e exclusivamente de recursos naturais nelas produzidas e/ou colhidas. Essas áreas têm elevada importância a nível económica e ecologia, fato que condiciona o aumento da população, a pressão sobre os recursos costeiros e consequentemente o aumento das vulnerabilidades às mudanças climáticas³.

Segundo o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), Órgão das Nações Unidas responsável pela produção científica, há certeza de que 90% de aumento da temperatura na terra está sendo causado pela ação humana. A queima de combustíveis fósseis (derivados do petróleo, carvão mineral e gás natural) que geraram energia, atividades industriais, transportes, descarte de lixo, agropecuária, uso inadequado de solo e desbaste são vistas como principais atividades humanas que provocam o aquecimento

¹ MOTA, M. Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social. Lisboa: ASA, 2001,p.6

² Ver: BIAI, Justino. Missão, Visão, Desafios, Dificuldades e Perspetivas. Bissau, GB. IBAP. 2021.

³ BIAI, I. A. R. F. Efeitos das Alterações climáticas na Zona Costeira Noroeste da Guiné-Bissau. 2009, p.2

global. Todos esses setores de atividades supracitados emitem grande quantidade de dióxido de carbono (CO₂) e de gases formadores de efeito estufa.

Ademais, com a exceção da Região Leste (Setores de Bafatá e Boé), onde se regista estruturas planálticas e colinas não superior a 300 metros de altitude, quase todo o território da Guiné-Bissau em termos de acidentes orográficos da superfície terrestre é plana, estando abaixo do nível médio do mar.

Um estudo realizado pela consultora Maplecroft⁴ aponta a Guiné-Bissau como o segundo país mais vulnerável à subida do nível do mar, atrás somente do Bangladesh onde os impactos económicos das mudanças climáticas serão mais sentidos.

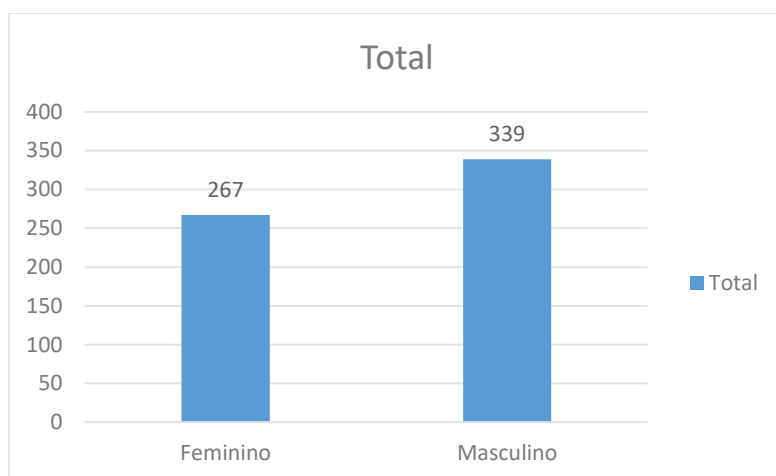
Praticamente, nas três últimas décadas tem-se aumentado na Guiné-Bissau a pressão desenfreada sobre a exploração de recursos da natureza que próprias estruturas de Estado e outras organizações vocacionadas para vigilância e preservação não têm conseguido dar conta do nível avançado da referida pressão e agressão. Como consequências para o elevado nível de desbravamento e exploração florestal aponta-se entre outros fatores, “ [...] O crescimento populacional humano, o progressivo abandono da agricultura nas zonas alagadas “bolanhas”, as alterações dos hábitos alimentares (crescimento do consumo de arroz em detrimento do feijão e da mancarra bijagós – nas ilha) aliado à plantação de caju e de outras frutíferas após o cultivo de arroz [...]”⁵. Almejando contribuir para uma relação sustentável entre a população humana e a natureza na Guiné-Bissau, nomeadamente nas zonas estudadas: Zona I – Arquipélagos dos-Bijagós; II – Cacheu, São Domingos e Varela; Zona III – Mansoa, Buba, Cufada e Cacine e em todos os corredores limítrofes, o presente estudo assenta-se numa abordagem metodológica mista de enfoques quantitativo e qualitativo desdobrado em técnicas de aplicação de um questionário com 8 seções e 88 questões e um guião de entrevista semiestruturado que permitiu através de entrevistas exploratórias, observações e grupos-focais recolher dados que esteve na origem da produção deste relatório.

⁴ MAPLECROFT, MAPLECROFT, Atlas de Mudanças Climáticas e Riscos Ambientais. 2014. Disponível em: <https://www.maplecroft.com/insights/analysis/global-economic-output-forecast-faces-high-or-extreme-climate-change-risks-by-2025/>. Acesso em 16 de junho de 2022.

⁵ CATRY, P. et al. Ameaças e conservação. In: Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão: Biodiversidade e Conservação. Bissau, IBAP, 2021.

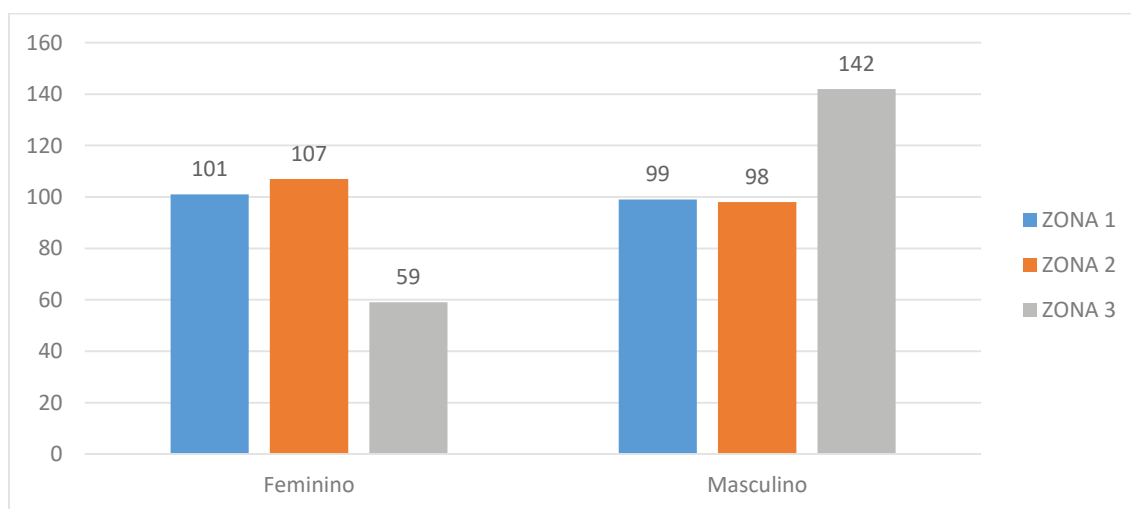
No total foram inqueridas 606 pessoas entre homens e mulheres conforme se observa no Gráfico 1, e desse número 267 correspondente a 44% pertence a sexo feminino e 339 correspondente a 56% a sexo masculino. A disparidade entre sexos deve-se a campanha de cajú, cuja mão-de-obra é predominantemente feminina nos meios rurais. Complementarmente, 80 outras pessoas foram entrevistadas igualmente entre homens e mulheres pertencentes às comunidades locais e às organizações de desenvolvimento que atuam e/ou atuaram nessas localidades.

Gráfico 1: Participação por sexo



Em termos específicos, observa-se que não houve uma participação regular por sexo em três zonas estudadas conforme se pode ver no gráfico abaixo.

Gráfico 2: Participação por sexo em função de zonas

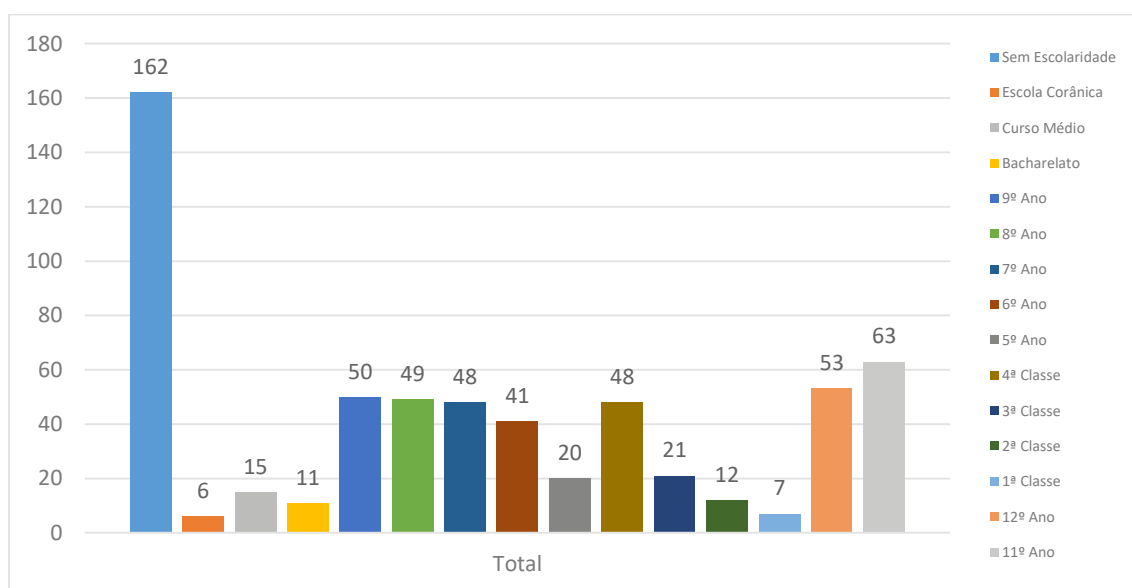


Na zona-I a participação feminina supera ligeiramente a masculina. Nessa zona foram inqueridas 101 pessoas do sexo feminino correspondente a 50,5% e 99 pessoas do sexo masculino que corresponde a 49,5%. Na zona-II, tal como na zona-I, a participação feminina ultrapassa a masculina. Nessa zona foram inqueridas 107 pessoas do sexo

feminino correspondente a 52,2% e 98 pessoas do sexo masculino que corresponde a 47,8%. Relativamente a zona-III, a participação masculina foi muito mais acentuada. Nela foram inqueridas 142 pessoas do sexo masculino correspondente a 70,65% e 59 pessoas do sexo feminino que corresponde a 29,35%.

Embora haja variações de níveis de escolaridade entre os sujeitos desta pesquisa conforme se observam nos **Gráficos 3 e 4**, os resultados demonstram que as pessoas têm conhecimentos e informações, cada qual ao seu nível, sobre as condições básicas necessárias ao desenvolvimento e fatores resultantes da ação humana que aceleram as alterações climáticas que coloca em perigo as suas próprias vidas.

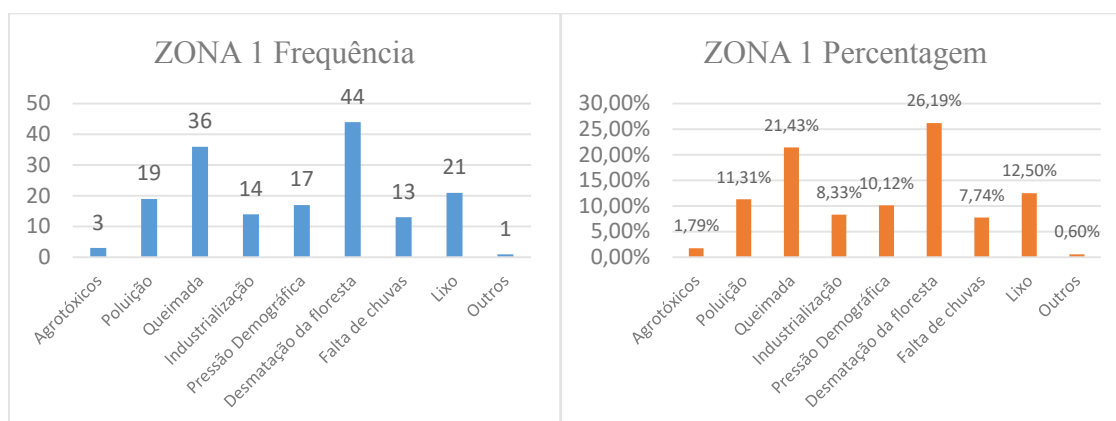
Gráfico 3: Participação segundo nível de escolaridade



Apesar de número das pessoas sem escolaridade aparecer significativamente mais elevado, esse fator não parece ter influenciado muito as respostas dos inqueridos relativo aos conhecimentos básicos locais sobre fatores e práticas que aceleram as alterações climáticas.

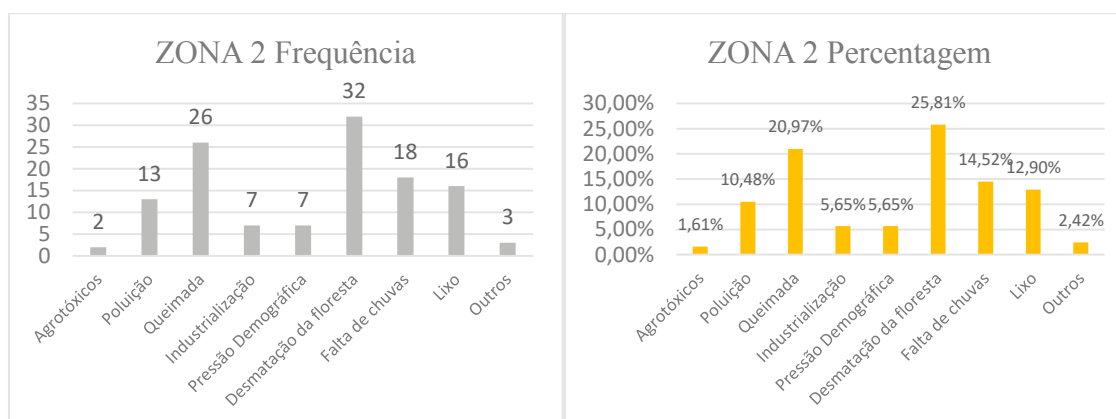
Os gráficos que se seguem exprimem as repostas dos inqueridos por zonas de estudos, sobre que fatores e práticas locais aceleram mais as alterações climáticas.

Gráfico 4: Conhecimento sobre fatores e práticas que aceleram as alterações climáticas



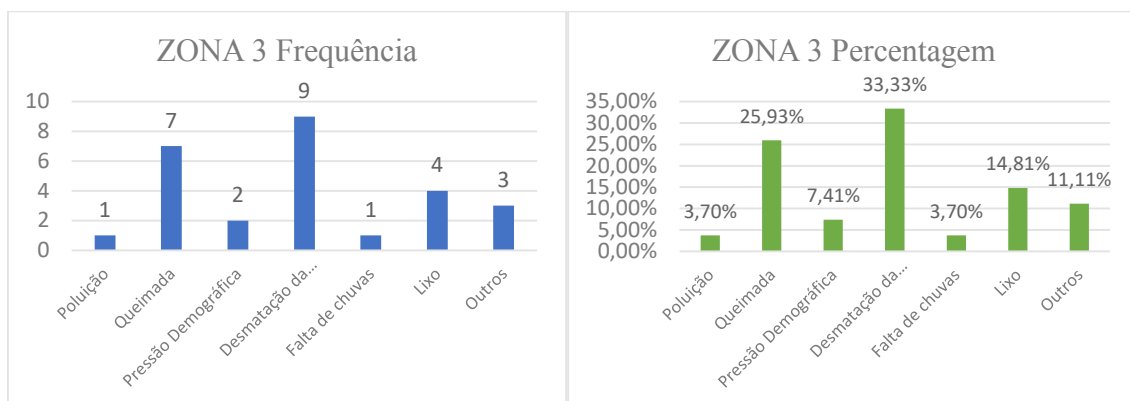
Na zona-I, a desmatamento de florestas (26,19%), seguido das queimadas (21,43%), lixo (12,50%), poluição (11,31%), pressão demográfica (10,12%), falta de chuvas (7,74%), industrialização (8,33%), são fatores mais destacados como aceleradores das alterações climáticas.

Gráfico 5: Conhecimento sobre fatores e práticas que aceleram as alterações climáticas



Na zona-II, tal como na zona um, a tendência das respostas segue quase a mesma lógica. A desmatamento de florestas (25,81%), queimadas (20,97%), falta de chuvas (14,52%), lixo (12,90%), poluição (10,48%), pressão demográfica (5,65%), industrialização (5,65%) são entre outros fatores apontados como aceleradores das alterações climáticas.

Gráfico 6: Conhecimento sobre fatores e práticas que aceleram as alterações climáticas



Na zona-III, a desmatamento de florestas (33,33%), queimadas (25,93%), lixo (14,81%), outros fatores (11,11%), pressão demográfica (7,41%), falta de chuvas (3,70%), poluição (3,70%) aparecem como fatores mais relevantes que aceleram as alterações climáticas.

Não obstante essa tomada de consciência, as comunidades locais apontam a degradação de bolanhas, falta de infraestruturas socioeconômicas e culturais geradoras de renda, a fome e a falta de alternativas tanto material quanto financeiro para satisfação das necessidades essenciais e básicas das famílias e das populações rurais como causas que reforçam a pressão sobre a natureza e seus recursos.



Figura 1: Prática de Lenhar para fumagem de pescado em Caravela

1.1. Objetivo Geral

Estudo visa recolher as informações socioeconômicas e antropológicas com base nos conhecimentos, atitudes e práticas das comunidades locais face a sua visão sobre a viabilidade dos projetos de desenvolvimento e a relação estabelecida com a natureza, sobretudo em áreas protegidas e localidades limítrofes para um desenvolvimento sustentável e criar capacidade de resiliências aos riscos climáticos.

1.2. Objetivos Específicos

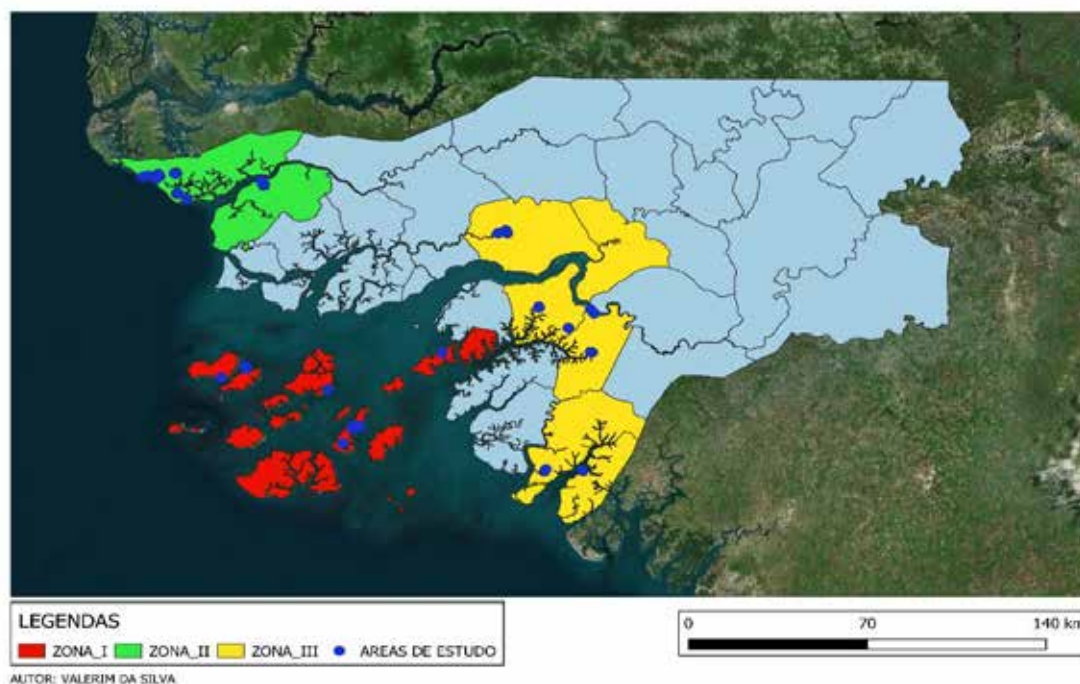
Em termos específicos o estudo preocupa-se em recolher informações que permitam melhor analisar, perceber e elucidar os fatos tais como:

- Indagar as diferentes visões sobre as perceções, conhecimentos e experiências locais, que se tem do desenvolvimento em geral, e do desenvolvimento sustentável em particular;
- Identificar os fatores socioeconómicos e culturais que tornam as populações locais propensos a várias tentativas de transgressões às leis e à agressão involuntária à natureza;
- Inventariar as necessidades básicas em infraestruturas socioeconómicas e culturais que, na perspetiva de populações locais podem contribuir para alavancar o processo de desenvolvimento locais;
- Inquerir sobre que sectores de atividades que as populações locais gostariam de obter apoios do Estado e de outras organizações de desenvolvimento;
- Investigar e compreender o grau de satisfação ou não de populações locais em relação aos projetos em curso e/ou desenvolvidos pelo Estado e organizações de desenvolvimento comunitários;
- Avaliar o grau de satisfação e o nível de colaboração de populações locais face as medidas de conservação de zonas protegidas e áreas circundantes;
- Conhecer as aspirações de populações face aos projetos que gostariam de ver implementados;
- Compreender na perspetiva de populações locais as melhor forma de envolver e engajar as comunidades em projetos de interesse comum;
- Apurar na perspetiva de populações locais, sobre as causas que fracassam vários projetos de desenvolvimento comunitários.

1.3. Metodologia

O estudo foi realizado em três zonas, cujas características geográficas e atividades socioeconómicas e culturais das suas populações são pouco acentuadas. A zona I que integra Bolama-Bijagós, cuja população, segundos os dados deste estudo, dedica-se mais à pesca, agricultura e horticultura. Zona II, que integra Cacheu, São Domingos e Varela, sua população dedica-se igualmente à agricultura, a pesca artesanal e horticultura como atividades mais importantes e zona III, integra Mansoa, Buba, Cufada e Cacine sua população dedica-se também à agricultura, pesca e horticultura como atividades mais salientes.

Mapa 1: Zonas de Estudo



Abordagem metodológica mista com enfoque em métodos quantitativo e qualitativo desdobrado em técnicas de aplicação de um questionário com 8 seções e 88 questões e um guião de entrevista semiestruturado que permitiu através de entrevistas exploratórias, grupos-focais e observações diretas recolher dados que esteve na origem da produção deste relatório.

No total foram inqueridas 606 pessoas entre homens e mulheres onde 267 pertence ao sexo feminino e 339 ao sexo masculino. A disparidade entre sexos deve-se a campanha de cajú, cuja mão-de-obra é predominantemente feminina nos meios rurais.

Complementarmente 80 outras pessoas foram entrevistadas igualmente entre homens e mulheres pertencentes as mesmas comunidades locais e às organizações de desenvolvimento que atuam e/ou atuaram nessas localidades. Na abordagem deste tópico, tentou-se uniformizar as estratégias que assentaram sobretudo, na exploração passiva e participativa de sujeitos de pesquisa sobre suas vivências quotidianas, aspirações e sua visão de futuro.

1.4. Público-alvo

O público-alvo deste estudo é população entre homens e mulheres que vive nas áreas protegidas e suas localidades limítrofes cuja faixa etária varia de 18 a mais de 60 anos de idade.

1.5. Análise e Tratamento de Dados

Os dados foram recolhidos através da plataforma web de coleta de dados “Kobo Toolbox” por intermédio de um formulário instalado no Smart phones de inquiridores, e tratados pelo mesmo programa.

2. Ética

Para o efeito de cumprimento de princípios éticos foi elaborado e aplicado um protocolo de consentimento informado onde foram apresentados e explicados os objetivos de estudo. A participação no estudo foi totalmente voluntária, e a realização das entrevistas só foi possível depois de explicado previamente aos entrevistados os objetivos de estudo e tendo sido obtido da parte deles o consentimento verbal para a sua realização.

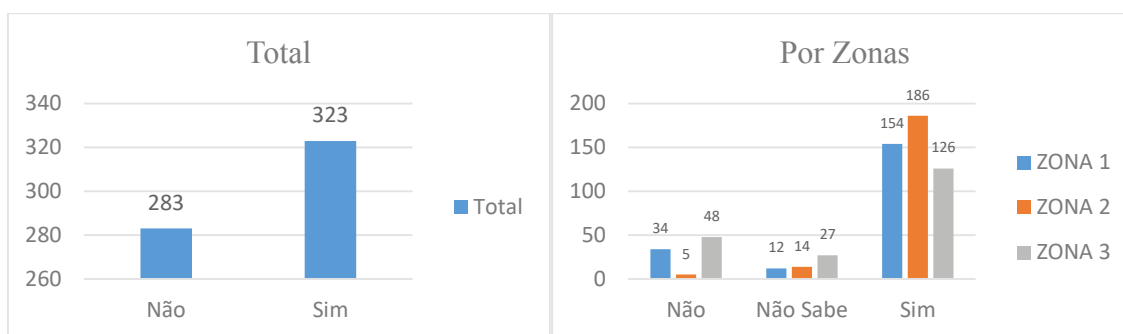
A todos os entrevistados foram-lhes afiançados a guarda de princípios de anonimato, confidencialidade e de inviolabilidade de seus direitos individuais e cívicos.

3. Resultados e Discussão

Quase todas as categorias sociais e profissionais que participaram do estudo têm conhecimento e informações sobre questões de desenvolvimento de modo geral, e de desenvolvimento comunitário de modo particular, embora com ângulos e visões diferenciadas.

As iniciativas de organizações comunitárias de tipo associações de vária natureza foram amplamente ensaiadas em quase todas as localidades, como forma de suprir vários bloqueios de desenvolvimentos das comunidades estudadas conforme se pode ver no Gráfico 7, onde 323 pessoas do universo de 606 inquiridas confirmam a existência de associação nas suas comunidades.

Gráfico 7: Existência de associações comunitárias



O gráfico 7 representa a existência das associações por zonas de estudo, onde a zona-II aparece com mais número de pessoas inqueridas (186) que confirmam a existência de associações nas suas comunidades, seguida da zona-II com 154 pessoas e zona-III com 126 pessoas.

A tabela 1 que se segue apresenta as associações comunitárias identificadas por zonas de estudo com suas respectivas áreas de atuação e estatuto jurídico.

Tabela 1: Associações Comunitárias

	<i>N</i>	<i>Designação</i>	<i>Sede</i>	<i>Domínio de atuação</i>	<i>Situação jurídica</i>	<i>Parceiros com que já trabalhou</i>
ZONA I	2	Associação de filhos e amigos da tabanca de angodigo - AFATA	UNO	Horticultura; Comunicação e sensibilização	Legalizada	- ASAD
	3	Associação juvenil para defesa de interesse comunitário - AJUDIC	UNO	Defesa do meio ambiente; - Saneamento básico.	Legalizada	OMS; Embaixada de Holanda
	4	TENU DJURUM (nô ta djubi também)	UNO	Amcamona-UNO	Legalizada	
	5	TEPEN-NI (nô pega teso)	Anghonho/ Uno	Agricultura, horticultura	Legalizada	ONG- ADIM; ASAD
	6	TENAM-YACANTO (Somos mulheres)	Cabuno/Uno	Associação de mulheres/horticultoras	Legalizada	ASAD e AFATA
	7	TUDJOM (olhar para a nossa tabanca)	Bruce	Associação da tabanca	Não Legalizada	ONG-NANTINYAM que intermediou junto com FAO
	8	Associação de Tabanca de Ancadjeje	Ancadjedje/Bubaque	Em fase de formação	Em fundação	Ainda não tem parceiro
	9	Associação das mulheres vendedeiras de peixe	Bubaque			
	10	NANTÔNI (bô descansa nu)	Angodigo/Uno		Legalizada	AFATA
	11	TODONCAN (nô djunta/ nô pertun n'utru)	Ancaodjo	Associação da tabanca	Legalizada	SNLS

	12	TONI YACANTO	Uracane	Associação das mulheres	O processo de legalização em curso	ADIM; ADEMA; UNICEF
ZONA II	1	Associação dos Pescadores de Cacheu – APESCA	Cacheu	Transformação e Venda de Pescado	Legalizada	
	2	Associação dos Comerciantes de Cacheu	Cacheu	Comércio	Legalizada	
	3	Associação dos Jovens Horticultores	Cacheu	Produção e Venda de Hortaliças	Não Legalizada	
	4	União Associativa dos Filhos e Amigos de Suzana - UAFAS	Suzana		Legalizada	
	5	Associação dos Pescadores de Varela	Varela	Comercialização de Pescado	Legalizada	
	6	Associação para Desenvolvimento de Varela	Varela		Não Legalizada	
	7	Associação de Mulheres Horticultoras	Varela		Não Legalizada	

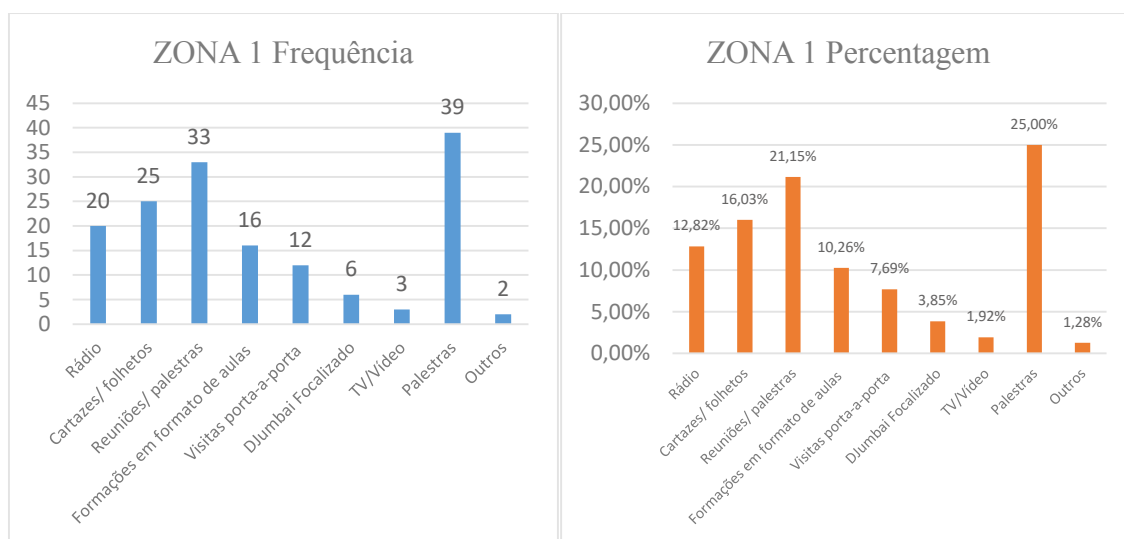
	8	AFAD – Associação de Filhos e Amigos de Djufunco	Djufunco	Desenvolvimento Comunitário	Não Legalizada
	9	Cafindula	Catão	Desenvolvimento Comunitária	Legalizado
ZONA III	1	AMPROSAL - Associação das Mulheres Produtoras de Sal Iodado	Buba	Saúde, Produção	Legalizada
	2	Bubacalhau – Associação das Mulheres Produtoras de Bacalhau	Buba	Produção	Legalizada
	3	HCVL- Humanismo Cidadania Voluntariado Liderança	Buba	Promoção dos direitos humanos e cidadania	Legalizada
	4	APRGB- Associação dos Pescadores do Rio Grande de Buba	Buba	Prevenção de ambiente e dos recursos aquáticos	Legalizada
	5	Associação dos estudantes e filhos e amigos do setor de Fulacunda (AEFASF) local Fulacunda	Fulacunda		Legalizada
	6	Associação Jovens Amigos unidos do setor de Fulacunda (AJAUDEF)	Fulacunda		Legalizada
	7	Associação das mulheres, Mantem,	Fulacunda		Legalizada

8	Associação das mulheres, Nafi	Fulacunda		Legalizada
9	Associação KAMBENDU	Gã Turé		Legalizada
10	Associação Ominisadeboi	Cabedu		Legalizada
11	Associação Cobocobo	Cabedu		Legalizada
12	Associação Batumfaé	Cabedu		Legalizada
13	Associação de Imagem de Retunda	Cabedu		Não Legalizada
14	Associação Experiência de Cabedu	Cabedu		Legalizada
15	Associação de Mulheres Bidera e Transformadoras de Peixe	Cacine	Transformação e Comercialização de Peixe	Legalizada
16	Associação Gurutu	Cacine	Transformação e Comercialização	Legalizada
17	Associação de Pescadores de Cacine – APEC	Cacine		Legalizada
18	Associação de Jovens Defensores de Mangal de Setor de Cacine – AJODEMASCA	Cacine		Legalizada

O reforço de capacidades dessas associações foi amplamente recomendado pelas comunidades locais, mas envolvendo sempre os beneficiários na definição e elaboração dos projetos em questão. Inclusivamente, foram avançadas meios pelos quais gostariam de receber a capacitação.

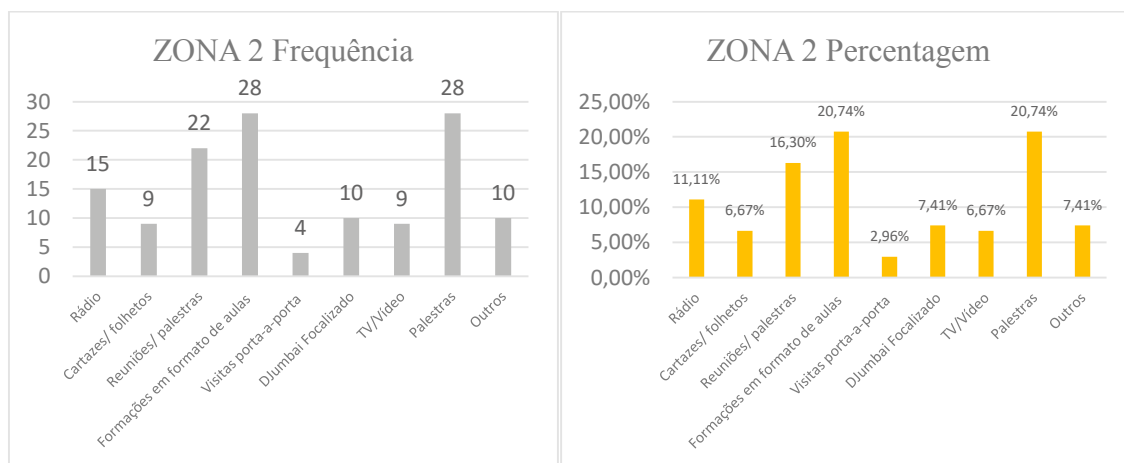
Os gráficos abaixo especificam modalidades e meios pelos quais os inqueridos de cada zona gostariam que os membros das suas associações fossem capacitados.

Gráfico 8: Meios de educação e sensibilização que gostaria de beneficiar para a capacitação de membros da sua associação



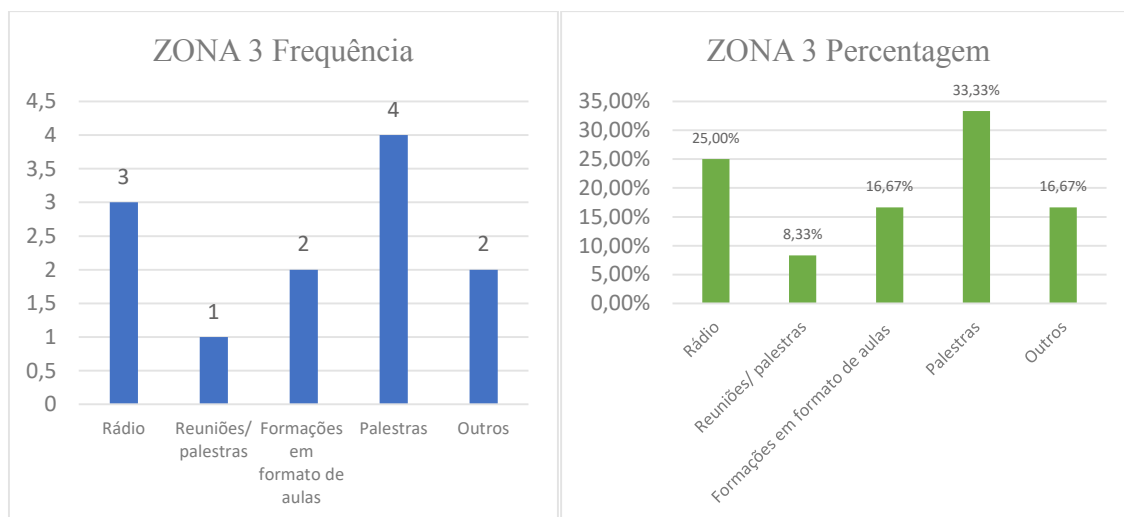
Na zona-I, palestras (25%), reuniões/palestras (21,15%), cartazes e folhetos (16,03%), rádio (12,82%), formações em formato de aulas (10,26%) visitas porta-a-porta (7,69%), djumbai focalizado (3,85%) entre outros (1,28%), são modalidades e formatos pelos quais gostariam de receber a capacitação para seus membros associativos.

Gráfico 9: Meios de educação e sensibilização que gostaria de beneficiar para a capacitação de membros da sua associação



Na zona-II, palestras (20,74%), formações em formato de aulas (20,74%), reuniões (16,30%), rádio (11,11%), djumbai focalizado (7,41%), cartazes e folhetos (6,67%), tv/vídeo (6,67%) são modalidades e formatos que gostariam de beneficiar para capacitação de seus membros associativos.

Gráfico 10: Meios de educação e sensibilização que gostaria de beneficiar para a capacitação de membros da sua associação



Na zona-III, palestras (33,33%), rádio (25%), formações em formato de aulas (16,67%), outros (16,67%), reuniões (8,33%) são modalidades e meios pelos quais gostariam de receber a capacitação para seus membros de associações.

3.1. Conhecimentos Locais sobre Questões Ambientais e Desenvolvimento Sustentável

Nas últimas décadas, sobretudo, a partir de 1987 em Tóquio, na reunião da comissão mundial para o ambiente e desenvolvimento os debates sobre o desenvolvimento ganharam uma nova roupagem com a introdução do termo desenvolvimento sustentável, que é o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades. Segundo o Relatório de Brundtland (1987) o desenvolvimento sustentável se realiza apenas quando as necessidades básicas de indivíduos são atendidas e criados oportunidades de poderem realizar seus desejos. “Por isso o desenvolvimento sustentável

exige que as sociedades atendam às necessidades humanas, tanto aumentando o potencial de produção quanto assegurando a todos as mesmas oportunidades”⁶.

Com base nesta definição procurou-se saber das percepções das comunidades das zonas de intervenção do projeto sobre o desenvolvimento sustentável, e como explicariam o seu significado. A Constatação foi que muitas pessoas têm conhecimento sobre o desenvolvimento ou um conjunto de estruturas e/ou infraestruturas económicas que garantam a modernização do país e bem-estar das populações.

Por conseguinte, os dados indicam que existem saberes locais aceitáveis sobre questões ambientais e de desenvolvimento sustentável, embora seja perceptível uma certa descrença em relação aos efeitos da ação humana sobre a natureza. Ou seja, a pressão desenfreada que exerce sobre a natureza e seus recursos, não podem ser associados a falta de conhecimento ou de informação relativa as consequências futuras dessa ação sobre as próprias populações dessas comunidades. As falas dos nossos entrevistados evidenciam essa realidade. Pois, questionada sobre as causas de alterações climáticas, a Senhora *S.N.* (zona III Mansoa-Buba-Cufada) responde:

Eu penso que maior parte da população, quando se fala que a desmatção da floresta aumenta a temperatura, muita gente não acredita nisso. Dizem: nós costumamos cortar matas, isso nunca nos fez mal. Por exemplo quando se fala de Cufada, temos uma tabanca no meio do parque, na área de Cufada. É lençol de Cufada que tem água fria, é o mesmo que nos fornece a água. Se um dia isso parar de acontecer, estaremos em crise de água. Mas muitas pessoas não acreditam nisso, alguns construíram as casas próximo do Parque. As pessoas já lhes falaram sobre as consequências disso mas eles não deram ouvidos. Todos nós estamos a ver as consequências disso, porque a temperatura que estamos hoje a ter em Buba, não acredito se tem noutra parte do país.

Em relação as matas, eles cortam e não plantam. Caso tenham que plantar é caju. Mas o caju em si é a temperatura, porque ele mata todas árvores debaixo dele.

Na minha opinião, com exceção daqueles que já tinham semeado hortas de caju, nós, os novos pretendentes devemos mudar e diversificar a cultura semeando mango e limão. Porque caju enfraquece o solo. Isso muita gente não aceita acatar, mas vemos isso pouco-a-pouco (*S. N., BUBA*).

Sobre a mesma questão o Senhor *D.A.* (zona II Cacheu-Varela) diz o seguinte:

Cacheu está em vias do desenvolvimento sustentável. Já temos um parque que protege a natureza, e quando se é racional, ou quando temos a consciência de que temos de usar os recursos naturais mas pensando no amanhã, isso significa desenvolvimento sustentável... Nós estamos dentro do desenvolvimento sustentável, somos conservadores, estamos

⁶ NOSSO FUTURO COMUM (Relatório Bruntland). Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas 1987/1991.

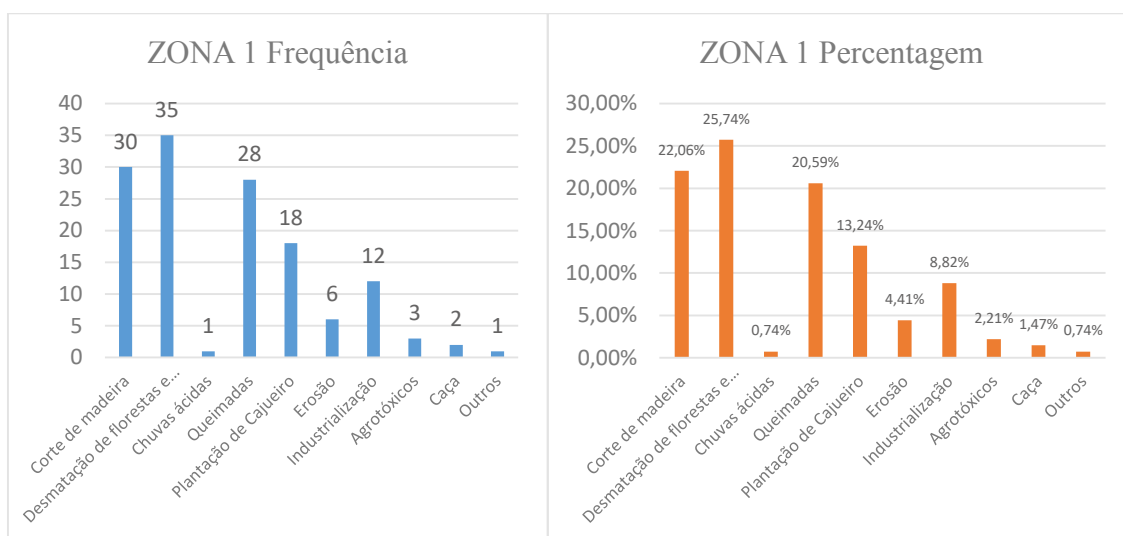
na linha de frente dos conservadores da natureza na Guiné-Bissau. Toda a comunidade sabe do desenvolvimento sustentável (D.A., CACHEU).

Relativamente a zona I (Caravela, Uno, Uracane, Bubaque e Bolama), embora esteja fora de parques da reserva de Biosfera, a percepção da população sobre o desenvolvimento sustentável e risco de alteração climáticas aparecem implicitamente nas conversas tidas nos grupos focais realizados com associações das mulheres e organizações não-governamentais e nos encontros com os responsáveis da tabanca, por intermédio das suas atividades da agricultura itinerante praticadas através do sistema de pousios longos.

Na perspetiva de nossos entrevistados o desenvolvimento não é nada mais que o bem-estar das populações associado a conjunto de bens, oportunidades e serviços disponíveis na localidade que permita essa população sair de um conjunto de privação, nomeadamente: o bom estado das infraestruturas como estradas, que facilitaria a mobilidade humana e o transporte de diversos produtos para diferentes fins, como se pode perceber nas seguintes falas: "*O Desenvolvimento é quando estamos bem num país*" afirma (P. A.J.S., Cacheu-Varela). Já para entrevistado Senhor E.T. afirma: "Para mim, o desenvolvimento significa ter uma estrada em boa condição que permitirá fazer o escoamento dos nossos produtos[...]". A mesma visão foi compartilhada também por entrevistados S. I.; S. D. e A. B. S. que salientaram que além da estrada, o desenvolvimento remete-se também outras questões, tais como acesso à rede elétrica e centro de saúde.

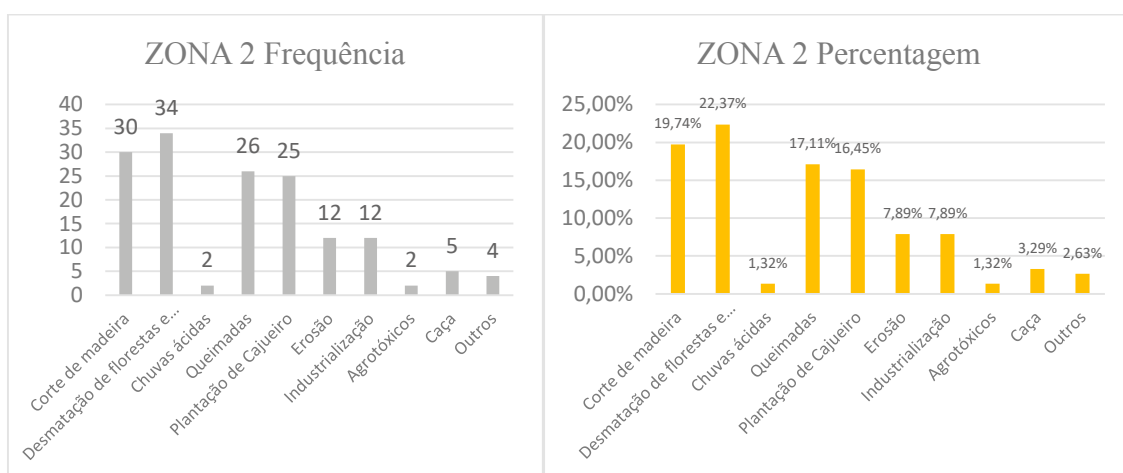
Os gráficos 11, 12 e 13 comprovam que as populações inqueridas possuem o conhecimento sobre questões ambientais, revelam os níveis de conhecimento das populações inqueridas sobre os fatores resultantes da ação humana causadores de alterações climáticas.

Gráfico 11: Causas de alterações climática



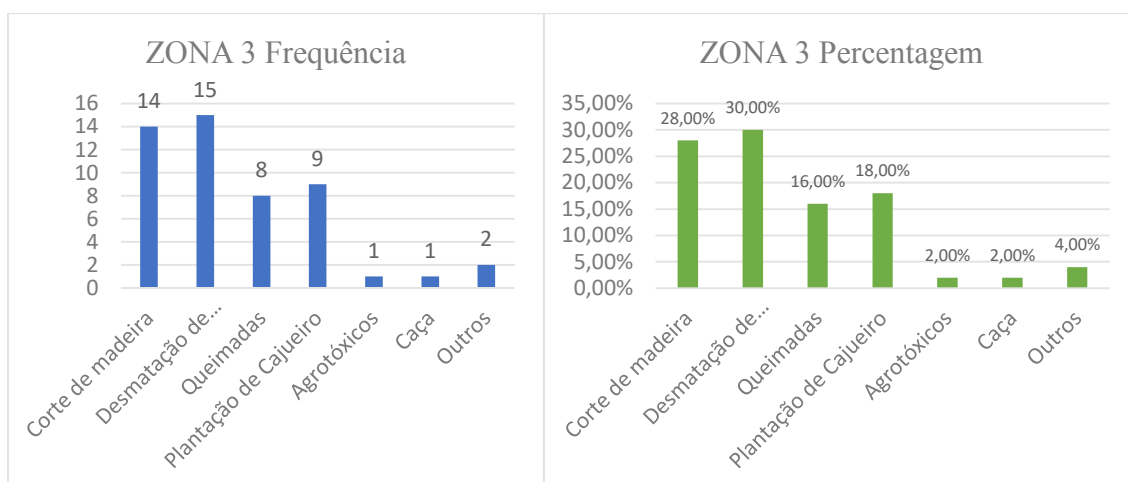
De acordo com os inqueridos da zona-I, a desmatamento de florestas (25,74%), corte de madeira (22,06%), queimadas (20,59%) plantação de cajueiro (13,24%), industrialização (8,82%) e erosão (4,41%) etc., são fatores que nas suas perspetivas causam as alterações climáticas.

Gráfico 12: Causas de alterações climática



Na zona-II, as respostas dos inqueridos seguem a mesma lógica do pensamento, com a da zona-I, destacando igualmente a desmatamento de florestas (22,37%), corte de madeira (19,74%), queimadas (17,11%), plantação de cajueiro (16,45%) erosão (7,89%), industrialização (7,89%) como fatores que causam mais alterações climáticas.

Gráfico 13: Causas de alterações climática



Na zona-III também a desmatamento de florestas (30%) corte de madeira (28%), plantação de cajueiro (18%), queimadas (16%) aparecem como fatores que mais causam as alterações climáticas.

Do total de 606 inqueridos sobre as causas de alteração climática 40.43 % respondeu que as alterações climáticas estão ligadas desmatamento florestal, 31,68 % a corte de madeira, 21.45 % a queimada e 13.04 % a plantação de Cajueiro, conforme se vê no gráfico acima.

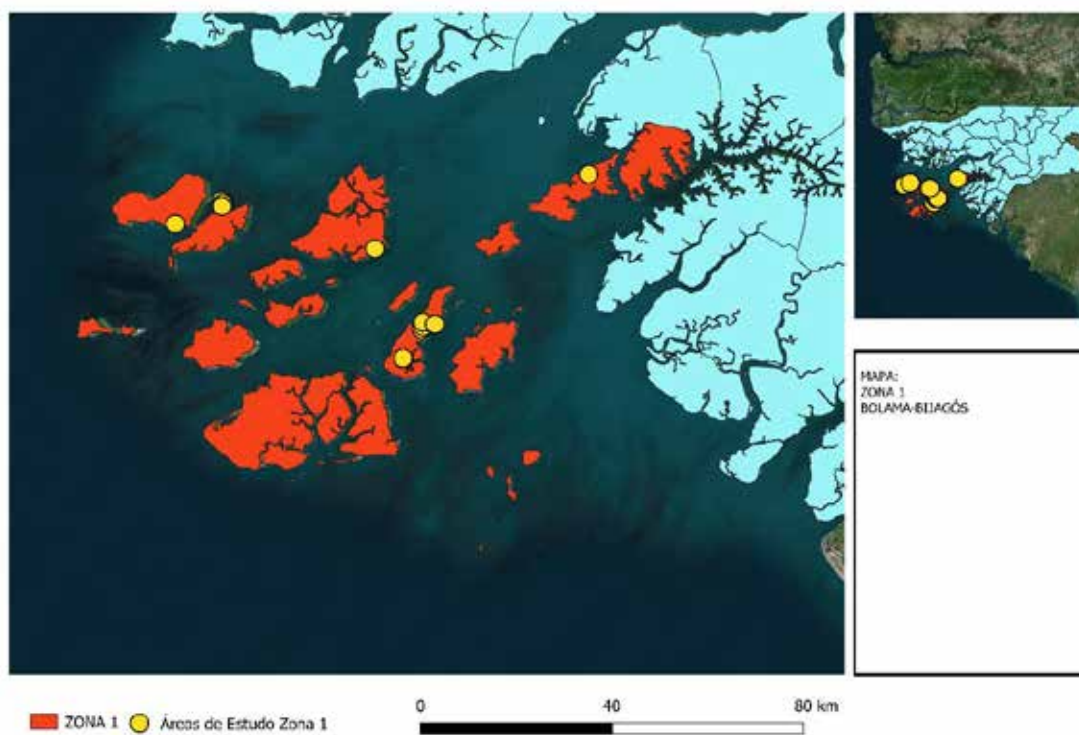
3.2. Atividades Económicas Desenvolvidas pelas Comunidades



Figura 2: Atividade geradora de rendimento em Bruce

3.2.1. Caracterização da Zona I – Bolama-Bijagós (Bubaque – Bruce e Ancadjeje, Caravela, Uno, Uracane e Bolama)

Mapa 2: Zona I - Bubaque – Bruce e Ancadjeje, Caravela, Uno, Uracane e Bolama



Localizado no ponto de confluência de duas principais correntes marinhas costeiras e dos estuários do Rio Geba e do Rio Grande de Buba, o Arquipélago dos Bijagós conta com uma superfície total de 10.000 km², dos quais 1.600 Km² são zonas interditas (bancos de areia ou pantanais), e apenas 10% são consideradas terras emersas e habitadas por cerca de trinta mil pessoas. Esta característica singular do Arquipélago dos Bijagós em África contribuiu na sua classificação pela Unesco, em 1996, como reserva da biosfera.

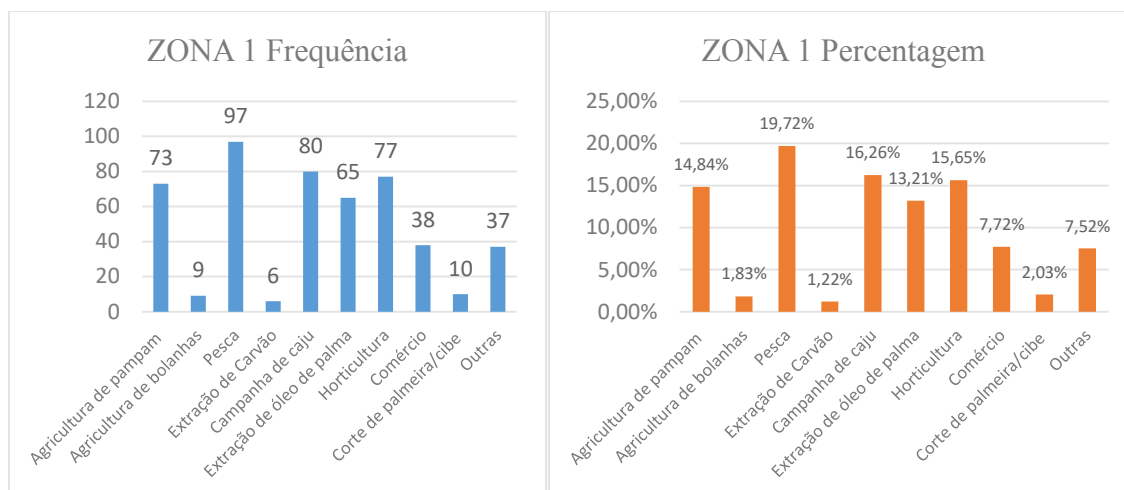
O Arquipélago dos Bijagós formado por 88 ilhas, ilhéus e ilhota, a sua população maioritariamente pertence a etnia Bijagós, porém, outros grupos étnicos do país convivem com os bijagós nessas ilhas. Por outro lado, os migrantes originários da sub-região vivem no território, praticando na sua maioria atividade piscatória, neste grupo podemos destacar, os senegaleses, guineense de Conacri, os Serra-leoneses e ganeses.

A sociedade bijagó é dirigida por um sistema matriarcal, portanto a mulher tem um papel bastante expressivo na vida social e económica deste povo, apesar desse fato, o poder está dividido entre os dois sexos. Há poderes pertencentes só a homem, assim como, existe um território de poder apenas circunscrita a mulher, dependendo do tipo da atividade. Ao

nosso ver, esse dado sociocultural deve ser tomada em consideração pelos projetos de desenvolvimento que desejam intervir nesse território.

A pesquisa foi realizada em Bubaque, Bruce, Ancadjedje, Caravela, Uracan, Uno e cidade de Bolama.

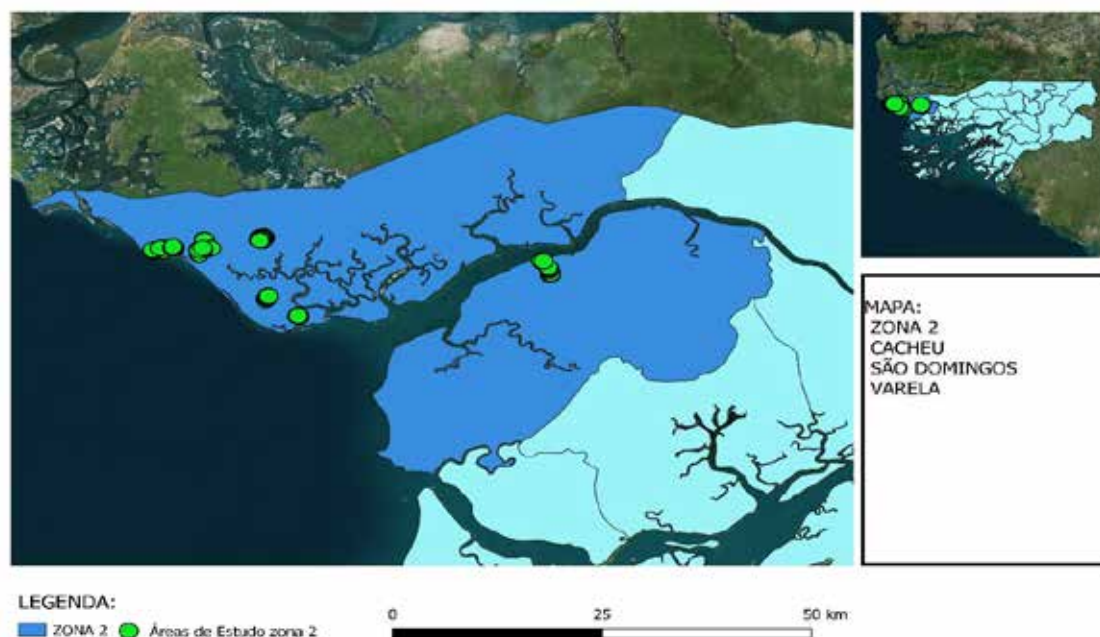
Gráfico 14: Atividades económicas desenvolvidas pelas comunidades



A pesca artesanal (19,72%) é uma das principais atividades económicas das populações da zona I, seguido de horticultura (15,65%), agricultura com predomínio de cultura de arroz de pampam (14,84%), extração de óleo de palma (13,21%). Embora não conste visivelmente no gráfico das atividades económicas, é de realçar que apanha de moluscos, produção de sal, corte de palha para cobertura de casa, produção de esteira são outras atividades geradoras de renda praticadas essencialmente pelas mulheres.

3.2.2. Caracterização da ZONA II: Cacheu, São Domingos e Varela

Mapa 3: Zona II - Cacheu, São Domingos e Varela

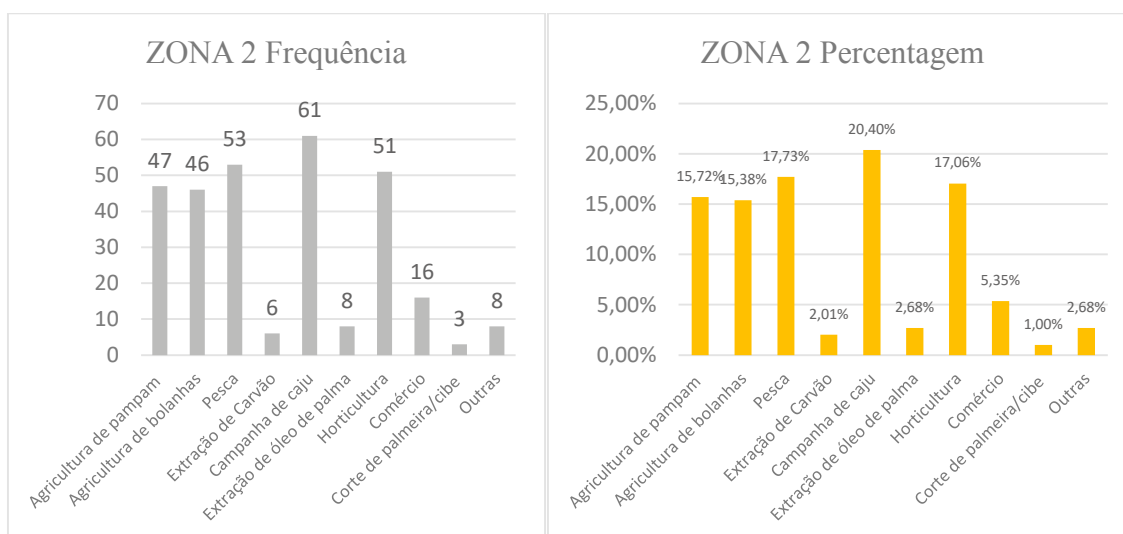


A região de Cacheu situada no norte do país, tem uma população estimada em 185.053 habitantes. Maioritariamente habitada pelos Manjacos (36,8%), Balantas (28,8%) e Felupes (9,1%). A configuração étnica acaba por determinar a composição religiosa dos seus habitantes da qual as religiões tradicionais africanas são predominantes e praticadas por 34% dos habitantes, seguidos dos cristãos que representa 30,7% (RGPH,2009). Cacheu é uma região com uma grande importância histórica, cultural e identitária, local onde se desenvolveu uma das mais importantes atividades de comércio de escravos na África Ocidental sobretudo no período que vai do século XVI até segunda metade do século XIX. A região não tem características homogêneas sobretudo do ponto de vista dos grupos étnicos que a habitam.

A pesquisa foi realizada no Cacheu urbano, ou seja, na praça de Cacheu, em Suzana, Varela, Catão, Djufunco, Edgim, e o estudo envolveu os diferentes atores locais e regionais nomeadamente: as autoridades administrativas locais, os chefes tradicionais, a organização das mulheres, as associações dos pescadores, associação dos comerciantes locais e associação dos jovens.

O gráfico que segue ilustra as principais atividades económicas desenvolvidas na zona II.

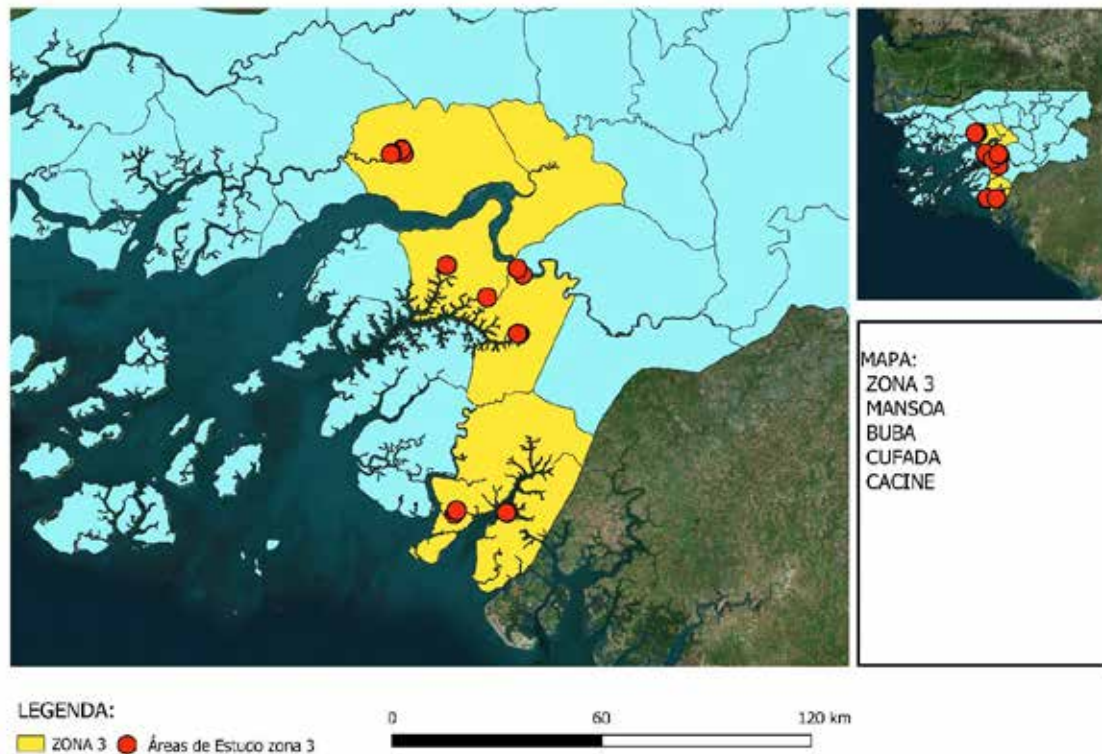
Gráfico 15: Atividades económicas desenvolvidas pelas comunidades



A atividade económica predominante na região é a pesca artesanal realizada tanto pelos pescadores estrangeiros como pelos nacionais em pequenas embarcações. Esta atividade de pesca artesanal abastece a região e outros mercados do país em pescado. Além da pesca, o setor agrícola constitui uma das atividades económicas que garante a sobrevivência das populações dessas zonas.

3.2.3. Caracterização da Zona III – Mansoa, Buba, Cufada e Cacine

Mapa 4: Zona III - Mansoa, Buba, Cufada e Cacine

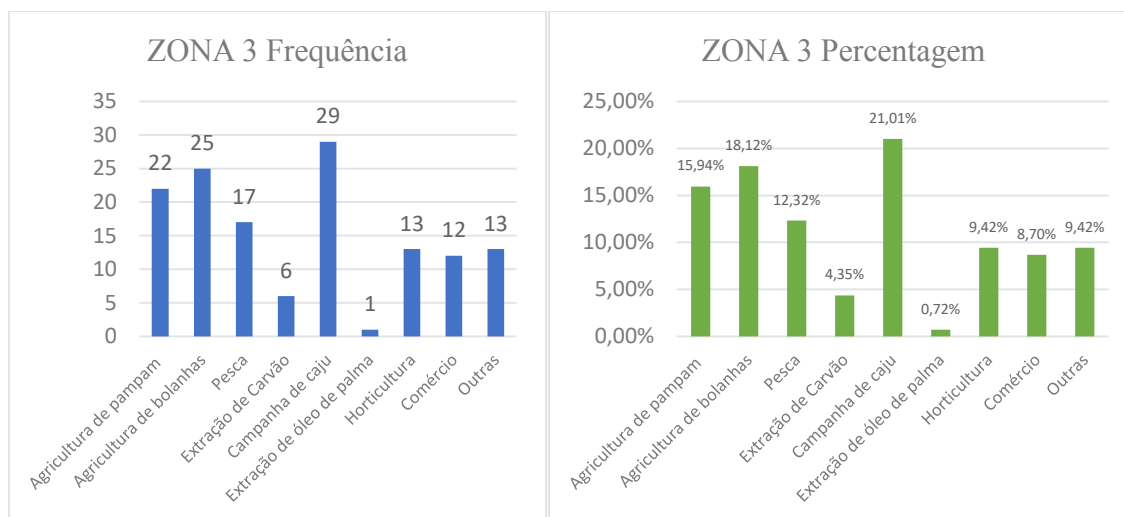


De acordo com o recorte geográfico feito para este estudo, a Zona – III integra três regiões geográficas bastante característicos em termos de recursos faunísticos e da flora, mas fortemente ameaçadas pela ação humana. Especificamente, a cidade de Mansoa, Cussana-1, Cussana-2 e Cussana-3 todas da Região de Oio, limitada ao Norte pela República do Senegal, a Este pela região de Bafatá e a Oeste pela região de Cacheu. Mandigas e Balantas constituem a maioria da população a par de Fulas, Mansonnécás e outros. Maior parte da população vive nas áreas rurais e muito dependente da agricultura e horticultura. A rizicultura de bolanha é uma das atividades económica que caracterizava a população de Mansoa e de toda a população em tabancas de Cussana. Nas últimas décadas, devido a salinização das bolanhas e abertura das hortas para plantação de cajueiro, a pressão sobre as paisagens planálticas e as floras nelas existentes aumentou significativamente. Outra atividade que tem ganhado a importância nessas áreas e desenvolvida sobretudo pelas mulheres, é a horticultura.

Quinara e Tombali são regiões habitadas fundamentalmente pelos Balantas, Beafadas, Nalus, Sossos, Fulas, Mandigas, Manjacós, Saraculés, Tandas e outras. São regiões da Guiné-Bissau com maior importância em termos da flora e fauna. Suas localizações

geográficas fazem delas, regiões muito propensas a entrada de estrangeiros sobretudo, oriundos da Guiné Conacri e do Senegal e muito vulneráveis à exploração de recursos naturais. O seguinte gráfico ilustra as principais atividades económicas desenvolvidas na Zona III.

Gráfico 16: Atividades económicas desenvolvidas pelas comunidades



O setor agrícola e pesca constituem as atividades económicas mais importantes das suas populações. É importante destacar que diferentemente das zonas I e II, na zona III a extração de carvão aparece como uma das atividades geradora de rendimento. Embora não apareça no gráfico, abertura das hortas para plantação de cajueiro e comércio de cibe fazem também parte das atividades económicas desenvolvidas nessa zona.

A campanha de cajú aparece como atividades de grande relevância em todas as zonas do estudo, mas por ser uma atividade sazonal não deve representar um setor prioritário para o projeto COASTAL.

3.3. Necessidades em Infraestruturas Sociais Locais: Percepções de comunidades locais sobre ações e resultados de Projetos implementados

De modo geral, nota-se que nas comunidades inqueridas há uma carência de infraestruturas quase em todos os setores. A falta de furos de água, rede elétrica, más condições das estradas em alguns casos inacessíveis, deterioração das infraestruturas escolares e sanitárias, carência de meios de transportes marítimos para ligação inter-ilhas, constituem grande entrave ao desenvolvimento dessas localidades.



Figura 3 Estrutura atual da Escola em Edgim e ponte do trecho Suzana/Varela

Em termos de apoios necessários a comunidades inqueridas há questões que são comuns e ao mesmo tempo específicas a todas elas, necessárias a serem pontuados em cada zona alvo de futuras intervenções do projeto.

Na zona I (Bolama-Bijagós) verificou que nas ilhas visitadas, existe uma escassez de projetos de desenvolvimento em execução, o que, na nossa perspetiva, tem a ver com a perda de capacidade de financiamento pelas organizações locais de desenvolvimento antes do início da pandemia de Covid- 19, algumas organizações estão inativos, em termos de execução de projetos, desde o início do ano 2000. Porém, a população tem boa recordação dos projetos anteriores. As mulheres da ilha de Uno lembram de alguns projetos da década de 1990, como de produção de cebola apoiado pelo ADIM e projeto de produção de sabão, que nas suas perceções tiveram resultados positivos porque distribuíam o sabão para outras ilhas, a cebola era consumida em toda a ilha de Uno. O fim desses projetos tiveram a ver com avaria das máquinas, a comunidade não conseguiu apoios suficientes para reparar e adquirir novas máquinas.

Em algumas localidades, tais como Ancadjedje e Bubaque é possível verificar fontenários que já deixaram de funcionar por falta de manutenção dos equipamentos ou pela insuficiência da água, situações que se tornaram impossível de ser resolvidas pelas comunidades, depois da retirada ou encerramento dos projetos que apoiaram essas construções.

No entanto, em algumas ilhas há projetos de horticultura (horta de mulheres) em andamento, apoiados por ONG's locais e internacionais de apoio ao desenvolvimento.

Em Bruce, existe uma horta das mulheres apoiado pela FAO, a ajuda consistiu em vedação do espaço, equipamento de irrigação (eletrobomba e sistema de armazenamento da água) e sementes. Na altura da nossa visita, a produção de várias hortaliças estava na sua fase inicial. Como entraves, observamos o seguinte: aquelas mulheres eram iniciantes na prática dessa cultura, faltam-lhes conhecimentos sobre a técnica de plantio, de produção local de semente e de controlo de pragas.

No setor de Uno, a associação de mulheres de Cabuno, TENAM-YACANTO, mantém uma horta apoiada pela ASAD e AFATA. Na percepções de membros dessas associações, a horta tem um impacto positivo na melhoria de suas vidas na medida que a família é alimentada com a produção das suas hortas. Declaram que uma parte dessa produção é vendida localmente, e lamentam o fato de terem tido muitos prejuízos por falta de escoamento das hortaliças. Por isso gostariam de levar as suas produções para Bissau e para Bubaque se houvesse a melhoria de meios de transportes.

Em Bolama é conhecida nomes de organizações como AIDA e Pro-Bolama que mantêm projetos de horticultura beneficiando um número considerável de mulheres. Os referidos projetos ainda em curso, têm tido resultados positivos, embora a população se queixa das dificuldades de escoamento de seus produtos para Bissau e outras cidades do país.

Na ilha do Uraçan existia duas grandes hortas em Ancumbo e Uraçan apoiadas pela ADIM, onde havia uma grande produção de hortaliças que ultrapassavam a capacidade do mercado local, mas a falta de escoamento, para Bubaque ou Bissau, levou o fracasso desse projeto.

Os pedidos de apoios recaem mais sobre o setor da pesca, todas as comunidades visitadas mostram uma carência de materiais fundamentais para realização dessa atividade económica vital nas ilhas, pedem canoas de motor e redes de pesca (kit pesca). Em seguida vem a agricultura e horticultura, onde pedem os motocultivadores, fertilizantes (adubos), sementes, arrames de vedação para hortas, eletrobombas, assistência técnica no domínio da horticultura, entre outras.

A solicitação da assistência técnica em horticultura justifica-se na medida que a referida atividade não é habitual das ilhas, ou seja, a horticultura não faz parte da atividade tradicional do povo bijagós, está a ser introduzida a poucos anos sob impulso das organizações de desenvolvimento, não obstante alguns exemplos bem-sucedidos em algumas ilhas, falta conhecimentos de plantio, de produção de sementeiras e precisam de apoios para controlar pragas.

Em todas as comunidades visitadas, o fontenário ou furo de água surge como a infraestrutura indispensável para o desenvolvimento económico e para o aumento da qualidade de vida, na medida, que o furo de água vai garantir o fornecimento de água potável para o consumo e para irrigação das culturas hortícolas. De acordo com os dados, um dos entraves ao desenvolvimento económico das ilhas está ligado a falta de uma rede de transportes, tendo impacto negativo no escoamento de produtos. Para minimização desta situação, é solicitada canoas de motor e moto- carros em todas as comunidades.

A construção de rampas e diques de cintura são duas infraestruturas apontadas pela comunidade como fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Bubaque é única ilha que tem rampa em condição aceitável, as ilhas de Caravela, Uno, Uracan, precisam de uma intervenção para a construção de rampas, já a cidade de Bolama além de necessidade apresentada para a reabilitação da rampa de porto de praça, ficou patente que a construção do porto de Bolama de baixo é uma alternativa viável para o desenvolvimento sustentável da cidade e de toda a região, na medida em que irá permitir uma ligação entre ilhas e o continente, como afirma um dos entrevistados: “ *Bolama de baixo é mais perto de Bissau, a viagem pode durar uma hora enquanto se sair de porto de praça a viagem para Bissau pode durar até quatro horas*” (N.C, BOLAMA)

De acordo com os nossos entrevistados, a maioria das atividades económicas, tais como a agricultura, horticultura e criação de animais são desenvolvidas perto de Bolama de baixo, constituindo mais uma razão para a construção desse porto. Realçam ainda que a construção do referido porto vai atrair o desenvolvimento turístico e a consequente geração de emprego para os jovens:

As melhores praias de Bolama ficam em Bolama de baixo, se existir o porto vão aparecer os hotéis e os filhos de Bolama vão ter empregos nesses hotéis, teremos transportes, táxis e candongas, fábrica de gelo, Bolama vai desenvolver a partir de construção do porto de Bolama de baixo (L. S., BOLAMA).

A tabanca de Ancadjedje e Bruce, na ilha de Bubaque, apresentaram uma necessidade de construção de rampa e estradas (asfaltada ou de terra batida) para garantir o escoamento dos seus produtos sendo esta uma localidade forte em extração de óleo de palma que depois é levada para Bubaque e Bissau e fornecimento de peixe a cidade de Bubaque.

A construção de diques de cintura é uma necessidade apresentada na ilha de Uno em várias tabancas para a proteção da área de cultivo da entrada de água salgada e de animais que estragam os cultivos.

Na zona II (Varela, São Domingos e Cacheu), segundo os nossos interlocutores, em algumas localidades foram implementados alguns projetos de apoio às comunidades, dentre os quais alguns governamentais, que investiram em Suzana na eletrificação das ruas com candeeiros incorporados com painéis solares. O resto das ações foram desenvolvidas pelas ONGs, pessoas de boa vontade e o próprio esforço da comunidade local que, em Suzana e Djufunco, construíram escola para ampliar as infraestruturas do acesso a educação das crianças.

As organizações não-governamentais tiveram um papel fulcral no desenvolvimento e atendimento das necessidades da população, como o caso do Plan Internacional que desenvolveu um projeto nas áreas de educação, pesca, pequenos negócios: "*O Plan também trabalhou muito cá, os da PLAN sei que tocaram muitos sectores desde Bideras até os pescadores, eles fizeram muita coisa*" (A.P.V, VARELA).

PLAN Internacional construiu escolas, apoiou as mulheres horticultoras para poderem melhorar os poços, visto que essas comunidades deparavam-se com graves problemas de acesso a água para o consumo e para a satisfação das outras necessidades, tais como a irrigação das hortas. Os pescadores receberam apoios significativos da PLAN internacional, como um motor de grande cavalo, e aquisição de uma Canoa que permita resgatar os marinheiros em situação de perigo, também essa canoa é utilizada para a realização conjunta de trabalhos de fiscalização pela Brigada Costeira.

A organização não-governamental Ação para o Desenvolvimento -AD realizou importantes trabalhos de apoio as comunidades sobretudo em Cacheu e Varela. A construção de memorial de escravatura e os trabalhos de valorização do património históricos de Cacheu permitiu projetar a respetiva região no centro das atenções a nível internacional. Um outro projeto que também teve impacto, mas com um ciclo de vida curto, foi o projeto AFAJOC, que tinha sido instituído para criar infraestruturas como fábricas de gelo com vista a poder apoiar pescadores.

A ONG VIDA tem contribuído de forma significativa no apoio a comunidade de Suzana com o apoio em medicamentos para suprir as necessidades da população carenciada, uma vez que, o centro de saúde às vezes se depara com rutura de estoques, ou simplesmente não tem medicamentos e nem profissionais de saúde, pois a farmácia que existia na missão católica deixou de funcionar.

Em relação aos setores de atividades em que a população necessita mais de apoio, a maioria dos nossos interlocutores apontam o setor de pesca como a área que necessita mais de apoio. A região de Cacheu, sobretudo o setor de Cacheu, a secção de Suzana e as tabancas inqueridas, a maioria da população vive e sobrevive das atividades de pesca artesanal e o comércio do pescado a par das atividades de horticultura. Os apoios requeridos centram-se em criação de postos de combustíveis, visto que uns dos grandes problemas dessas localidades têm a ver com a dificuldade de acesso a combustível por conta do isolamento e más condições das estradas. Outras necessidades envolvem as questões como as estruturas de conservação dos pescados, nomeadamente, fábrica de gelo e forno de fumagem do pescado.

O nosso grande problema é de não termos nem combustível e nem gelo cá, é o nosso grande problema, temos muito peixe mas não podemos pescar porque não temos comprador, temos Djafal mas as mulheres não gostam de fumar Djafal e são as pessoas de Guine Conacri é que sabem fazer isso, fazem Bonga, mas as nossas Bideiras só sabem fumar Bagre e mesmo tendo uma Canoa cheia de Djafal vai ficar aqui e esse é o problema porque se temos gelo cá podemos conservar e vender nas outras localidades (A.P.V, VARELA).

A falta de frigorífico ou fábrica de gelo tem um impacto significativo no rendimento das atividades de pesca mas também na conservação da natureza porquanto a única forma de manter conservado o pescado é através de fumagem o que tem impacto direto na pressão sobre o ambiente sobretudo a corte de árvores para a fumagem do pescado.

A necessidade de fábrica de gelo/frigorífico e postos de combustível é transversal a todas as localidades inqueridas, além das necessidades da comunidade a nível de infraestruturas e a reabilitação das estradas que estão em péssimas condições, esta situação acaba por enfraquecer as atividades económicas dessas zonas, porquanto a maior parte da produção local não tem canal de escoamento e conseqüentemente diminui a capacidade de produção e rendimento das famílias agravando a situação de vulnerabilidade e pobreza das populações das zonas costeiras.

As mulheres trabalham maioritariamente nas atividades de fumagem de pescado, no comércio de peixe e na horticultura que, segundo, alguns entrevistados constitui uma das fontes de renda para as famílias nessas localidades. Em Djufunco, Edgim e Catão pode-se observar grandes cinturões de produção de tomates com capacidade para abastecer não só a região de Cacheu mas também o país e, as dificuldades de transporte, por causa das inexistências das estradas, acabam por limitar a produção destas hortaliças. As mulheres precisam do apoio para as suas produções, nomeadamente, a construção de fontes.

Na zona III (Mansoa, Buba, Cufada e Cacine), a cidade de Buba que alberga maior parte de projetos e as organizações de desenvolvimento que intervêm na região de Quinara, é vista pela comunidade local como setor que beneficia menos de resultados dos projetos instalados neste setor.

Em termos de infraestruturas, a cidade de Buba é vista como setor com mais infraestruturas socioeconómica em toda a região, com agência de banco BAO instalada, um edifício de serviços de providência social, um hospital setorial, um liceu setorial, uma escola de formação de professores do nível médio-superior, estruturas e serviços hoteleiros, serviços administrativos governamentais e não-governamentais.

Não obstante esta vantagem, maior parte de projetos desenvolvem as suas atividades fora da cidade de Buba, como o caso do projeto PADES, Effetive intervention.

Vários projetos de desenvolvimento tiveram uma intervenção positiva na cidade de Buba deixando boas recordações segundo a população local. Projetos da UICN desenvolveram atividades virada a formação e capacitação das associações das mulheres, tendo financiado a construção de um centro de transformação e conservação do pescado, formação em técnicas de produção de sal solar e financiamento de projetos de microprojectos.

DIVUTEC, RA e UE-Activa, foram outras organizações mencionadas como as que deixaram sinais positivos das suas intervenções na cidade de Buba e nas comunidades arredores.

Entretanto, os problemas identificados relativos a carência de infraestruturas socioeconómicas confundem-se com as reais necessidades apresentadas pelas populações das áreas que compõem o universo deste inquérito. Outros problemas queixados pelas restantes comunidades da zona III centram-se nas péssimas condições de estradas, degradação e abandono da cidade e ausência de projetos de desenvolvimento. As comunidades locais apontam como necessidades prioritárias o apoio no domínio de agricultura em bafons, recuperação das bolanhas, máquinas agrícolas, hospitais e centros de saúde, redes elétricas, água potável, horticultura e microcrédito, fábrica de gelo para conservação de pescados, e armazéns para stockagem e conservação de produtos locais. A tabela que se segue representa as necessidades específicas por zonas inqueridas em função das carências apontadas pelas mesmas comunidades locais.

Tabela 2: Necessidades prioritárias apresentadas pelas comunidades locais

<i>Necessidades</i>	<i>ZONA 1</i>		<i>ZONA 2</i>		<i>ZONA 3</i>		<i>TOTAL ZONAS</i>	
	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
<i>Apoiar as associações</i>	39	12,50%	50	12,63%	13	15,12%	102	12,85%
<i>Compra de máquinas agrícolas</i>	56	17,95%	64	16,16%	18	20,93%	138	17,38%
<i>Formação em áreas específicas</i>	35	11,22%	43	10,86%	9	10,47%	87	10,96%
<i>Construção de Rampas</i>	50	16,03%	50	12,63%	4	4,65%	104	13,10%
<i>Recuperação de bolanhas</i>	39	12,50%	68	17,17%	12	13,95%	119	14,99%
<i>Microcréditos</i>	52	16,67%	70	17,68%	17	19,77%	139	17,51%
<i>Construções de cais</i>	18	5,77%	35	8,84%	0	0,00%	53	6,68%
<i>Outras</i>	23	7,37%	16	4,04%	13	15,12%	52	6,55%
<i>Totais</i>	312	100%	396	100%	86	100%	796	100%

No conjunto das necessidades apresentadas pelas comunidades locais, a questão de compras de máquinas agrícolas, microcrédito, recuperação das bolanhas, construção de rampas e apoio a associações aparecem como prioritárias em todas as zonas (I, II e III). Apesar destas necessidades aparecerem no gráfico acima com maiores percentuais, existem outras atividades que precisam ser apoiadas pelo projeto COASTAL de modo a garantir a sustentabilidade social, económica e ambiental de cada zona. Na zona I a população necessita também de fábricas de gelo, construção de fontenários, construção de escolas, assistência técnica em horticultura e de moto-carros. Na zona II, localidades como Cacheu e Varela, precisam de instalação de fábricas de gelo e posto de combustível. As localidades como Djufunco, Edgim e Catão necessitam de fontenários e reabilitação de escolas e apoio as mulheres horticuloras. Na zona III, as necessidades das comunidades locais se assemelham as da zona II, quais sejam: a construção de fontenários, reabilitação de escolas e de postos de saúde, e apoio as mulheres horticuloras.



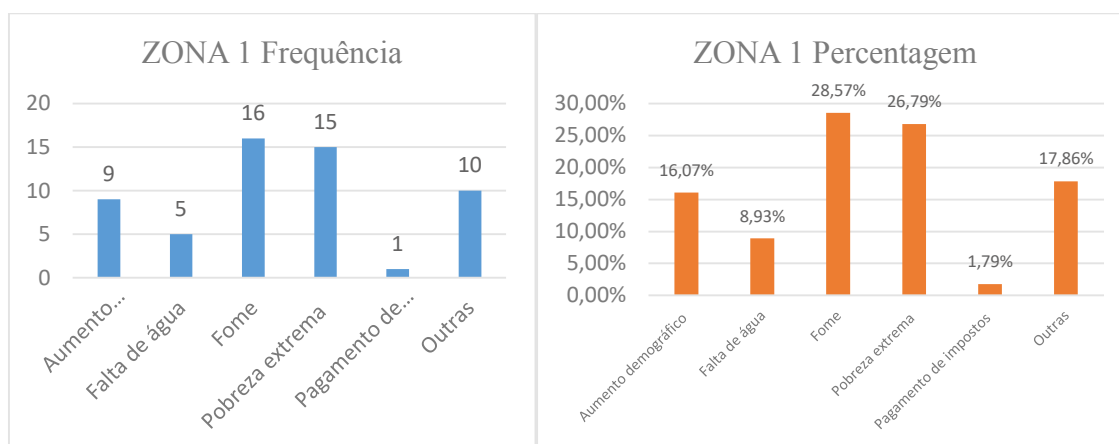
Figura 4: Estado atual de bolanha em Djufunco e rampa de cais em Bolama

3.4. Ameaças e Conflitos locais à conservação da Natureza

A pressão que se tem verificado sobre a natureza nas zonas estudadas tem vindo a reforçar as ameaças sobre as zonas de conservação e áreas limítrofes, e a traduzir-se em conflitos que opôs as populações entre si, e com as estruturas do Estado e as ONGs que atuam nessas localidades no domínio da conservação.

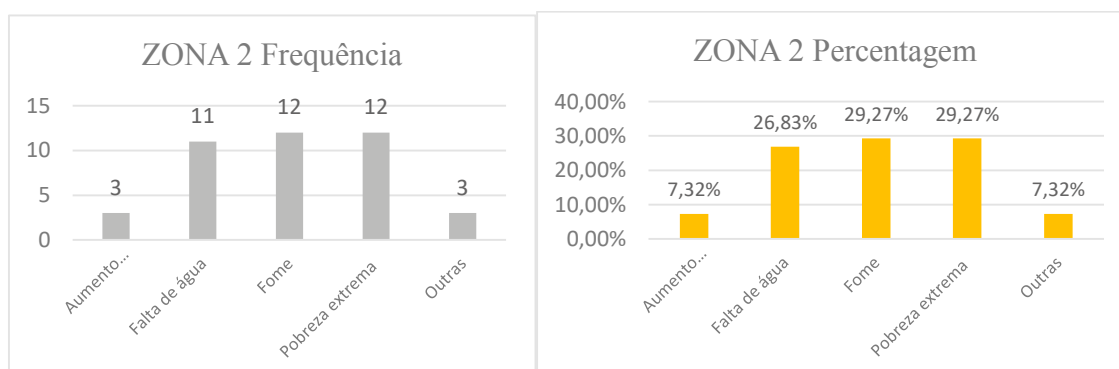
Conforme o levantamento feito em todas as zonas que compõem o universo do inquérito, constatou-se que as principais ameaças à conservação da natureza ambiental, se deve a um conjunto de fatores simultaneamente determinantes, que não podem ser entendidas e/ou resolvidas isoladamente, conforme ilustrados nos gráficos, por zonas, que se seguem:

Gráfico 17: Ameaças à conservação da natureza



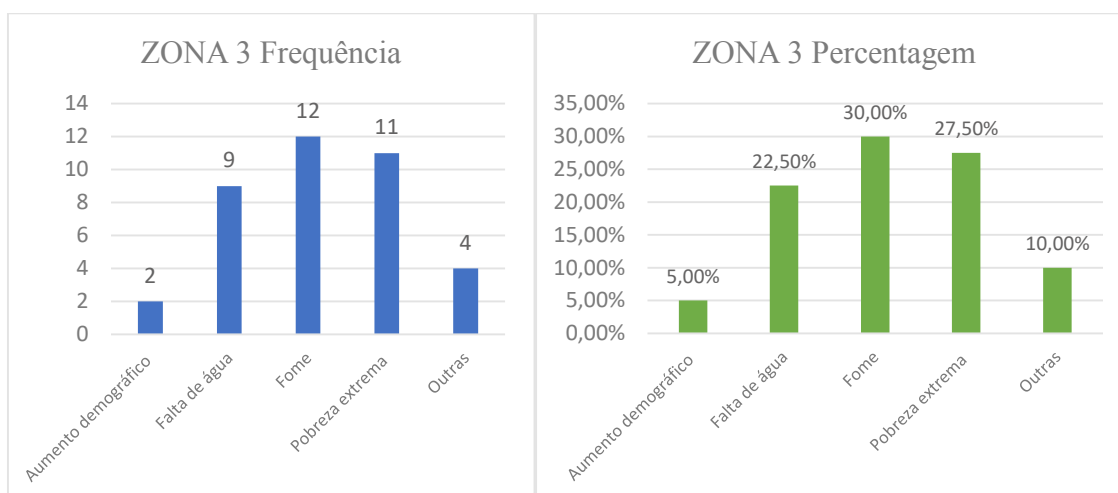
Na zona I a fome (28,57%) a pobreza extrema (26,79%) aparecem com maior percentual no conjunto de fatores que ameaça à conservação da natureza, seguido de outros fatores (17,86%), o aumento demográfico (16,07%) a falta de água (8,93%) e o pagamento de impostos (1,79%). O seguinte gráfico ilustra as ameaças a conservação da natureza na zona II.

Gráfico 18: Ameaças à conservação da natureza



Na zona II a fome (29,27%) a pobreza extrema (29,27%) e falta de água (26,83%) aparecem com maior percentual no conjunto de fatores que ameaça à conservação da natureza, seguido de aumento demográfico (7,32%) e outros fatores (7,32%). O gráfico que segue ilustra as ameaças à conservação da natureza na zona III.

Gráfico 19: Ameaças à conservação da natureza

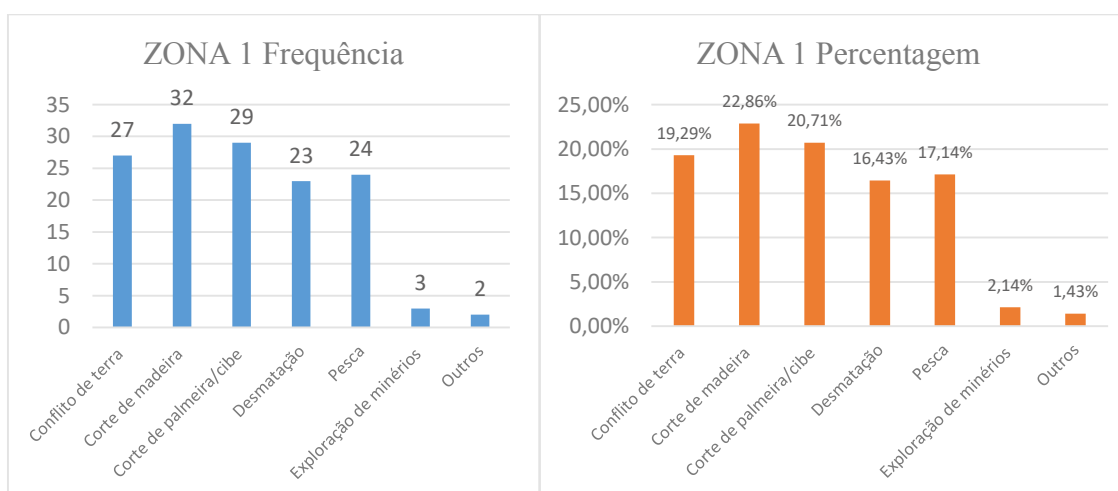


Na zona III a fome (30%) a pobreza extrema (27,50%) e falta de água (22,50%) aparecem com maior percentual no conjunto de fatores que ameaça à conservação da natureza, seguido de aumento demográfico (5%) outros fatores (10%).

Os dados parecem apontar que a preocupação com a satisfação das necessidades básicas dos agregados familiares, sobretudo em mantimentos para alimentação das famílias constitui a prioridade. Seguido das necessidades vitais relacionadas com acesso de outros bens essenciais que lhes proporcionem o bem-estar familiar e social.

Por outro lado, o estudo constatou que os fatores que têm contribuído para o aumento e permanência de conflitos à conservação da natureza se devem às questões, como Conflito de terra, Corte de madeira, Corte de palmeira/cibe, Desmatamento, Pesca, Caça, Exploração de minérios e Outros, conforme ilustram os gráficos abaixo:

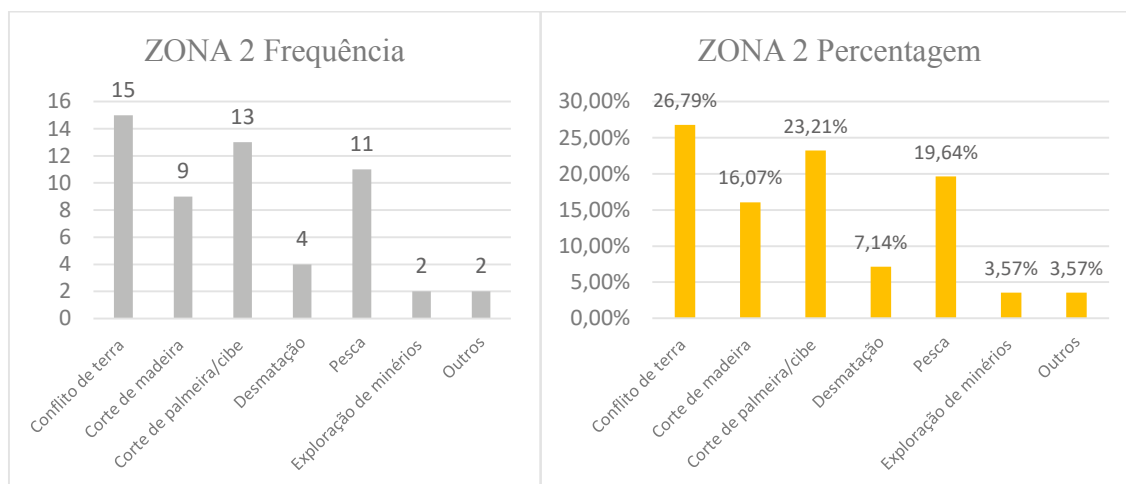
Gráfico 20: Conflitos mais frequentes à conservação da natureza



Na zona I, corte de madeira (22,86%), corte de palmeira/cibe (20,71%) e conflito de terra (19,29%) aparecem com maior percentual no conjunto de conflitos mais frequentes à

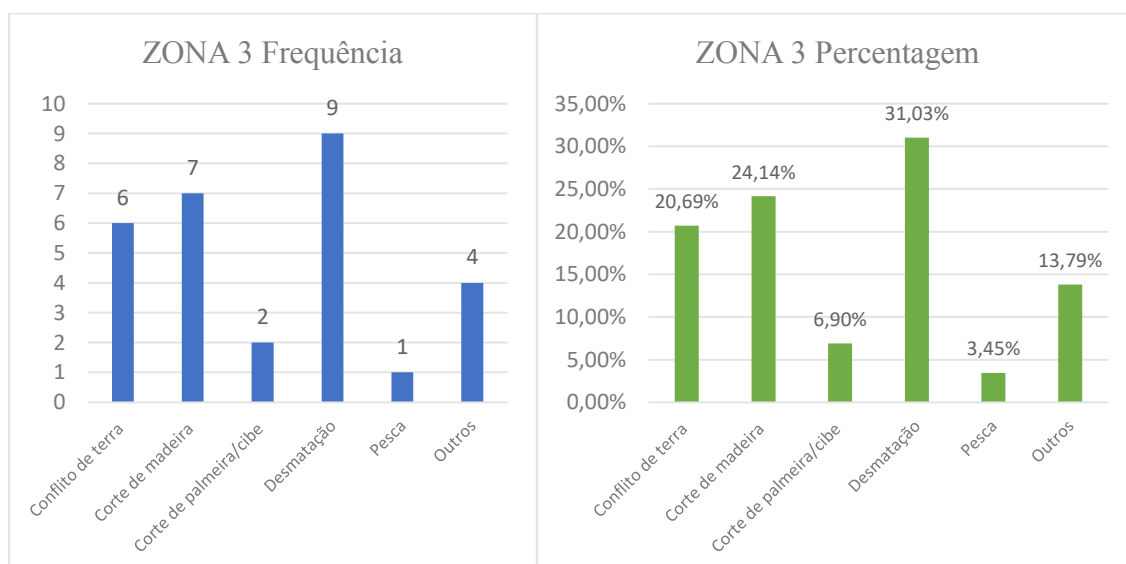
conservação da natureza, seguido de desmatamento (16,43%), pesca (17,14%) e exploracao de minérios (2,14%). O gráfico que se segue apresenta as ameaças à conservação da natureza na zona II.

Gráfico 21: Conflitos mais frequentes à conservação da natureza



Na zona II, conflito de terra (26,79%), corte de palmeira/cibe (23,21%), pesca (19,64%) e corte de madeira (16,07%) aparecem com maior percentual no conjunto de conflitos mais frequentes à conservação da natureza, seguido de desmatamento (7,14%) e exploracao de minérios (3,57%). O gráfico que segue ilustra as ameaças à conservação da natureza na zona III.

Gráfico 22: Conflitos mais frequentes à conservação da natureza



Na zona III, desmatamento (31,03%), corte de madeira (24,14%), conflito de terra (20,69%), aparecem com maior percentual no conjunto de conflitos mais frequentes à conservação

da natureza, seguido de outros fatores com (13,79%), corte de palmeira/cibe (6,90%), pesca (3,45%).

Os dados demonstram que a luta pelo espaço vital, sobretudo para abertura das hortas de cajú e outras plantações exacerbam mais os conflitos de terras nas comunidades estudadas. Por outro lado, a corte desenfreada de madeira, palmeira/cibe e mangrove foi identificada como uma prática promovida pelos cidadãos nacionais com a colaboração e forte influência de cidadãos estrangeiros, condicionada pelo aumento da demanda para o abastecimento das oficinas de carpintaria, tráfico ilícito da madeira e maior procura de cibes para construção das casas, agricultura de *pampam*, fumagem de pescado, comércio e outros, aparecem como fatores que também tornam as relações entre as populações e as autoridades de conservação da natureza, mais propensas aos conflitos.

3.5. Atuais formas de gestão participativa para proteção da natureza e expectativas para uma gestão sustentável

No âmbito dos princípios fundamentais e estruturantes da política nacional do ambiente a “Participação” afigura-se como necessária e imprescindível para articulação das necessidades globais, regionais e locais de conservação da natureza e biodiversidade com o imperativo de existência e sobrevivência da população local assim como a salvaguarda dos seus interesses.

O modelo de conservação que a Guiné-Bissau adotou requer que, as populações mantenham nos perímetros das áreas de conservação e que essa conservação promova o desenvolvimento sustentável dessas comunidades através de promoção de infraestruturas, equipamentos e atividades alternativas que garantam a sobrevivência sem utilização irracional e descontrolada dos recursos objeto de conservação. A participação está prevista no *artigo 5º alínea g) da Lei de Bases do Ambiente, Lei nº 1/2011, de 02 de Março*, formulando que, *“as pessoas singulares e coletivas devem intervir na formulação e execução das políticas do ambiente e desenvolvimento durável. Incumbe ao estado promover e assegurar a participação de todos inclusive, os parceiros sociais no processo de tomada de decisão”*.

A nível das estruturas da conservação do ambiente foram criadas em todas as zonas de conservação, instâncias para que as populações pudessem participar da tomada de decisão que lhes dissessem respeito. Pois, esse procedimento facilitaria o comprometimento e envolvimento das populações e todos os atores que atuam nesse domínio na execução das

políticas ambientais. Embora as populações queixam-se de falta de uma política de inclusão de seus membros nessas instâncias decisórias.

O IBAP adotou modelo de participação através dos Conselhos de Gestão das Áreas Protegidas. Entretanto, percebe-se que muitos projetos, de outras naturezas, têm dificuldades não só de auscultar as populações como de os implicar no desenho e implementação das ações dos projetos nas comunidades. Muitos atores testemunharam que veem os projetos a serem implementados e não são testemunhados sobre as necessidades da sua execução assim como os benefícios que podem advir desses projetos para a comunidade.

Na opinião das comunidades da zona I, foi privilegiado a necessidade de haver reuniões frequentes entre os beneficiários e os responsáveis e gestores de projetos para discussão das questões relacionadas à gestão e andamento de projetos. Caso os projetos sejam de construção de infraestruturas nas comunidades, os membros das mesmas devem fazer parte como trabalhadores e fiscalizadores. Em Bubaque, concretamente na tabanca de Bruce, a população deu exemplo da construção da escola que ficou deteriorada em pouco tempo porque não houve uma fiscalização séria, fato que podia ser evitado ou minimizado com a integração dos membros da comunidade. Debruçando sobre essa matéria um dos participantes de grupo-focal disse: *“ Vocês viram a escola como está a deteriorar-se? Só as pessoas de fora trabalharam na construção daquela escola, nenhum de nós estava lá, sabemos que eles utilizaram um cimento muito fraco quando se devia usar dose a mais recomendado, se nós estivéssemos lá não íamos permitir isso” (Grupo Focal em Bruce)*. Ainda segundo os participantes de grupos-focais realizados em todas as comunidades, percebe-se que Chefes de tabancas e Régulos são figuras indispensáveis a integrar nos comités de gestão, devido as suas influências e legitimidade de que gozam em termos de autoridade. Igualmente, foi consensual que os/as presidentes das associações das tabancas, presidentes das associações das mulheres e representantes da juventude, representam figuras importantes a comporem os comités de gestão comunitárias.

Na zona II o modelo de participação não obedece um padrão uniforme de "negociação" entendida aqui como a necessidade de articular as opiniões e os interesses da comunidade com a ideologia dos promotores dos projectos nessas comunidades. Mas sim, cada projecto chama um determinado segmento da população ou cria as suas estruturas de gestão, o que coloca muita das vezes em risco a própria implementação dos projectos sobretudo quando se cria expectativas de benefício para os participantes nessas estruturas. Mas também, muitos projectos, segundo testemunharam os nossos interlocutores, não

auscultam a população o que, em certas situações, acaba por provocar falta de interesse da população ao nível da manutenção e conservação das estruturas criadas pelo projecto. Perguntados sobre o que pode ser feito para envolver mais pessoas da comunidade nos projectos do desenvolvimento comunitário, a maioria dos nossos entrevistados elege a formação, capacitação e sensibilização como métodos viáveis para o envolvimento das comunidades nos projetos de desenvolvimento.

Com base no que foi dito pelas populações acredita-se que devido a fraca escolarização da população, o enquadramento e compreensão da importância do projecto e da sua manutenção requer que formação e sensibilização da população seja etapa inicial de contato com a comunidade, sobretudo adequando os instrumentos da comunicação para que sejam flexíveis e ajustados aos diferentes grupos etários e para que todos os interessados entendam e compreendam a importância do projeto. A esse propósito um dos nossos entrevistados disse o seguinte:

Porque muitas vezes os projectos vêem mais eles não percebem as coisas como eu disse (...) se você explicar muito bem, eles vão participar tal como eu tinha dito, o nível de escolarização é muito baixo conseqüentemente também o nível da compreensão. Como pegaram muitos dissabores eles desconfiam e dizem que muitas vezes são usados e depois dos encontros essas pessoas vão e nunca mais voltam e não vêem os resultados. (A. F., CACHEU).

Ao longo das entrevistas quando foi colocada a questão das entidades ou atores locais que podem ser envolvidas nos Comitês de Gestão dos projectos para garantir a sua durabilidade no tempo, os entrevistados falam da necessidade de envolver as estruturas de poder formal, instâncias tradicional do poder e outros atores que, pela influência que detém na comunidade, garantem uma capacidade de mobilização da população. Apontam-se o Régulo como um ator chave e que desempenha um papel fundamental no seio das comunidades das zonas rurais, além do Régulo, os Chefes de Tabancas, os Comitês, que apesar de não existência formal nas estruturas atuais de poder administrativo local do Estado continuam a existir a par dos outros poderes e nas zonas em que o poder do régulo e das micro-estruturas de poder tradicional existem (caso dos *Djargas* em determinadas regiões) continuam a desempenhar um papel fundamental.

Aponta-se a juventude local, ou seja, os representantes das associações dos jovens em diferentes localidades como entidades que devem fazer parte dos Comitês de Gestão porque a maioria dessas pessoas tem um nível de escolaridade aceitável e participam em diferentes actividades tanto as que são promovidas por eles como das actividades dos projectos de desenvolvimento. Muitas dessas organizações juvenis receberam formação em vários domínios o que reforça as suas capacidades de intervenção junto às

comunidades e dos promotores dos projetos. Nessas comunidades muitos dos chefes/responsáveis comunitários não tem grandes domínios da língua crioula ou portuguesa. Por isso, para alguns participantes do grupo focal em Catão deve-se privilegiar os mais jovens. A par dessas organizações existem pessoas com um grau de influência significativa no seio das comunidades mas que não fazem parte dessas estruturas de poder, esses atores são apontados como sendo pessoas que podem ser chamadas para comporem os Comités de Gestão dos projectos nas comunidades.

Para esse efeito, um dos entrevistados sustenta que devem ser consideradas as diferentes áreas ou sectores de atividades e envolver as pessoas em função desses setores ou seja as diferentes associações que vai desde associação dos pescadores, dos jovens, das mulheres, dos agricultores, dos comerciantes etc.: “*Acho que no Comité de Gestão cada área tem que indicar uma pessoa e dizer a organização que é isso que tiramos para juntar convosco*”. (A.P.V., CATÃO).

Na zona III, concretamente na cidade de Buba as expectativas das populações em relação a criação do Comité de gestão vão no sentido de afastá-la de qualquer possibilidade de politização, como observou um dos entrevistados:

As pessoas que devem fazer parte do Comité de gestão devem ser isentas de várias coisas. Existem pessoas que devemos evitar de incluir nesses Comités, por exemplo políticos. Porque se incluirmos os políticos, se eles forem do partido A, e eu for do partido B, significa que não estarei por dentro. Por isso, eu digo que a primeira coisa é despolitizar a questão. Os responsáveis para estas questões devem entrar nos bairros para que sejam indicados as pessoas. No grupo de jovens deve-se escolher 5 pessoas, mulheres grandes 5 pessoas e homens grandes também 5 pessoas, é simplesmente um exemplo. É a comunidades que deve indicar as pessoas e não o contrário. Porque os membros da comunidade conhecem-se melhor. Sabem quem pode defender melhor os interesses da comunidade e quem não pode. (M.C., BUBA).

No sector de *Fulacunda*, há uma certa particularidade cultural que é necessário levar em conta, visto que nas sociedades desta comunidade maioritariamente Biafada os *Djagras* gozam de grande prestígio político e social, por serem considerados como os *dunus di tchon* (os donos da terra). Por exemplo, a resolução de qualquer assunto nas comunidades predominantemente povoado pelos Biafadas, para que seja bem-sucedido, no sentido duma resolução pacífica, sem deixar sequelas que instiguem reaparecimento de novos problemas no futuro, tem que envolver *Djagras*, chefe de tabanca e Imame. Nesse sentido, é fundamental criar um Comité de gestão que integre os *Djagras*, régulos, Imames e líderes de opinião e alguns responsáveis de jovens mais influentes, segundo o entendimento da população local.

Em *Tira Camissa* a recomendação deixada pela população é de que Comitê de gestão deve ser encarregue às pessoas de comunidade que tem nível de instrução escolar e que estarão na altura de resolver os problemas comunitários.

Em *Ndjassan Balanta* as aspirações da comunidade não ficou clara, talvez isso tenha a ver com a sua forma comunitária de organização social e política na resolução de problemas de tabanca. Entretanto, pensa-se que esta matéria deve ser bem analisada junto da população na hora de criação do Comitê de gestão, obedecendo seus usos e costumes. Nas outras comunidades visitadas como Gã *Turê*, Cabudu, *Cacine* e *Mansoa* (Urbano-Rural) a população recomenda que os projetos integrem a equipa de Comitê de gestão começando por *Imame*, *chefe de tabanca*, *comité* e *régulo*, Administração local, Delegacia de pesca, representante de associação de pescadores e associação de mulheres transformadoras.

3.6. Causas de fracasso dos projetos de desenvolvimento comunitário

De acordo com as testemunhas das populações, as filosofias de intervenção que tem sido utilizada na elaboração e implementação de projetos comunitários têm sempre negligenciado as realidades e as próprias populações locais.

Historicamente, as zonas estudadas beneficiaram ao longo do tempo de projetos e programas de desenvolvimento implementados pelas ONGs locais e internacionais. No entanto, a população queixa-se de nunca ter tido um papel ativo na gestão desses projetos. Análise aturada feita pela equipa de investigadores aponta que a falta de envolvimento dos membros das comunidades em todas as etapas do desenvolvimento de projetos leva a que os mesmos não tenham resultados satisfatórios. Pois não adoção de metodologias participativas e inclusivas nas estratégias de conceção, elaboração e implementação de projetos tem estado na origem de fracasso de muitos projetos de desenvolvimento, na medida em que, por um lado, os resultados não refletem as espirações das comunidades, e por outro lado, não tem havido a sustentabilidade dos mesmos, por conta da falta de apropriação pelas comunidades.

Alguns estudos recomendam que ao trabalhar com metodologias participativas é imprescindível que o foco das ações esteja nas pessoas e nas suas relações sociais. Quer

dizer, “é extremamente relevante a valorização de saber local, experiência e valores acumulados ao longo do processo⁷”.

A questão da exclusão das populações nas concepções e execuções de projetos de desenvolvimento comunitário verifica-se em maior parte das comunidades estudadas. Não obstante, existem comunidades que testemunharam o seu envolvimento nas concepções e execuções em alguns projetos.

Em alguns casos, as comunidades admitem que houve projetos que antes de terem executado suas ações, expuseram seus objetivos em reuniões com as mesmas comunidades e tomaram notas das suas necessidades. Embora tudo permaneça como promessas que a população aguarda com muita esperança suas concretizações, como bem explicou E.T:

[...] há bem pouco tempo tivemos um encontro com uma entidade de apoio ao desenvolvimento, onde solicitamos uma piroga para amenizar o sofrimento relativo aos naufrágios que tem ocorrido durante as travessias, da população dessa comunidade, no mar. Ainda estamos à espera de resposta. Temos a fé de que a resposta vai ser dada na hora certa. (E. T., GÃ TURÉ).

Houve casos em que as populações reclamaram a imposição de alguns projetos por Organizações que em dados momentos chegaram com agendas prontas sem que previamente tenham ouvido as opiniões das comunidades, como explicou um dos intervenientes do Grupo Focal em *Cacine*:

[...] houve projeto que veio aqui e que manteve um encontro com a comunidade de pescadores pretendendo apoiar-lhes com instrumentos de pesca. Depois desse encontro que manteve com comunidade, na hora de fazer as compras de materiais os pescadores não foram chamados. Como resultado, compraram redes que nem se quer eram apropriados para atividade de pesca nessa área. [...]. (M.L., GRUPO FOCAL, CACINE).

Entretanto, compreende-se que na perspectiva das populações a falta de seguimento e avaliação têm sido motivos fortes que originam a degradação lenta de várias infraestruturas e conseqüentemente o fracasso de muitos projetos.

4. Conclusões

Nas três últimas décadas tem-se aumentado na Guiné-Bissau, a pressão desenfreada sobre a exploração de recursos da natureza, que próprias estruturas de Estado e outras organizações vocacionadas para vigilância e preservação não têm conseguido dar conta do nível avançado da referida pressão e agressão.

⁷ KUMMER, L. Metodologia Participativa no Meio Rural: uma visão interdisciplinar. Conceitos, ferramentas e vivências. Salvador: GTZ, 2007.

Os resultados demonstram que as pessoas têm conhecimentos e informações, cada qual ao seu nível, sobre as condições básicas necessárias ao desenvolvimento e fatores resultantes da ação humana que aceleram as alterações climáticas colocando em perigo as suas próprias vidas. Portanto, a agressão irracional à natureza que tem vindo a acontecer nas áreas reservadas e suas localidades limítrofes, não pode ser associada ao desconhecimento por parte das populações locais de fatores da ação humana aceleradores de alterações climáticas.

Os dados apontam prioritariamente, que a preocupação com a satisfação das necessidades básicas dos agregados familiares, sobretudo em mantimentos para alimentação das suas famílias, seguido das necessidades vitais relacionadas com acesso de outros bens essenciais que lhes proporcionem o bem-estar familiar e social tem aumentado a possibilidade de agressão e uso irracional da natureza por parte das populações.

Constatou-se também que conflito de terra, corte de madeira, corte de palmeira/cibe, desmatamento, pesca, caça, exploração de minérios e Outros, exacerbaram nos últimos anos a permanência de conflitos à conservação da natureza.

A infraestruturização das localidades estudadas, construção e reabilitação das escolas, centros de saúde, estradas, bolanhas, abertura de fontenários, em alguns casos realizar estudos de prospeção para deteção e captação de água apropriada para consumo, criação e construção de espaços para atividades de horticultura, apoio em sementes para agriculturas e horticultura, construção de rampas, criação de meios de transportes para ligação entre ilhas, instalação de fábricas de gelo e postos de abastecimentos de combustíveis, construção de armazéns de estocagem de produtos e adoção de metodologias participativas e inclusivas nas estratégias de conceção, elaboração e implementação de projetos são evocadas como condições necessárias para evitar os fracassos e mitigar a pressão sobre a natureza.

5. Recomendações

Recomenda-se para a Zona I (Bolama-Bijagós):

- Adotar metodologias participativas de intervenção na conceção e execução de projetos;
- Apoiar na construção e reabilitação de furos de água;
- Recuperar bolanhas, e fornecer motocultivadores e outras maquinarias agrícolas aos agricultores;
- Fornecer máquinas de descasque de arroz e de prensa de óleo de palma;
- Incentivar e apoiar a prática de horticultura;
- Fornecer assistência técnica aos horticultores, abrangendo não só os futuros beneficiários do projeto COASTAL, como também a todas horticultoras que atuam na zona I;
- Assistência técnica para elaboração de metodologias participativas de ação, tendo em conta as especificidades da zona I;
- Apoiar na construção de sistemas modernos de irrigação nas hortas;
- Apoiar a vedação das hortas e a prevenção e controle de pragas, criando um mecanismo de alerta precoce que visa fortalecer não só os trabalhos de prevenção, mas sobretudo reforçar a capacidade existente no domínio de combate às pragas;
- Apoiar na alfabetização das mulheres e capacitá-las em matéria de género e empoderamento nas zonas rurais;
- Capacitar as horticultoras em gestão de negócios;
- Apoiar na construção de rampa em Bolama;
- Apoiar o estudo de viabilidade e construção do porto de Bolama de Baixo;
- Fornecer moto carros para mitigar a falta de transporte de pessoas e bens;
- Melhorar as vias de acesso na ilha de Uno e Caravela;
- Fornecer canoas a motor (pirogas) para facilitar o transporte e escoamento de produtos das populações locais;
- Criar mecanismos tecnico-financeiro que permitam apoiar e incentivar a rede nacional de pesca artesanal;
- Reforçar as atividades de sensibilização às comunidades nos domínios de conservação da natureza e os efeitos das alterações climáticas nas zonas costeiras;

- Instalar fábricas de gelo para permitir os pescadores poderem conservar o pescado e reduzir a pressão sobre o ambiente;
- Apoiar na construção e reabilitação de estradas e redes elétricas;
- Apoiar a criação de postos de combustível que permita o acesso a combustível não só para os pescadores mas também para os agentes de fiscalização marítima;
- Apoiar as organizações locais que possuem experiência reconhecida em gestão de microcrédito, em projetos de microcrédito;
- Apoiar iniciativas locais que garantam a sustentabilidade de projetos;
- Construir escolas, centros de saúde em localidades onde não existem infraestruturas desse tipo;
- Criar comités de gestão mais inclusivos em que tanto as autoridades tradicionais, organizações de sociedade civil e as pessoas influentes na comunidade possam fazer parte;
- Sensibilizar e incentivar as comunidades a apostarem na cotização como forma de garantir a sustentabilidade de projetos.

Recomenda-se para a Zona II, (Cacheu, São Domingos, Varela):

- Adotar metodologias participativas de intervenção na conceção e execução de projetos;
- Apoiar na construção e reabilitação de furos de água;
- Realizar estudos de prospeção para deteção e captação de água apropriada para consumo em *Djufunco*;
- Recuperar bolanhas, e fornecer motocultivadores e outras maquinarias agrícolas aos agricultores;
- Incentivar e apoiar a prática de horticultura;
- Fornecer assistência técnica aos horticultores, abrangendo não só os futuros beneficiários do projeto COASTAL, como também a todas horticultoras que atuam na zona II;
- Assistência técnica para elaboração de metodologias participativas de ação, tendo em conta as especificidades da zona II;
- Apoiar na construção de sistemas modernos de irrigação nas hortas;

- Apoiar a vedação das hortas e a prevenção e controle de pragas, criando um mecanismo de alerta precoce que visa fortalecer não só os trabalhos de prevenção, mas sobretudo reforçar a capacidade existente no domínio de combate às pragas;
- Apoiar na alfabetização das mulheres e capacitá-las em matéria de género e empoderamento nas zonas rurais;
- Capacitar as horticultoras em gestão de negócios;
- Fornecer moto carros para mitigar a falta de transporte de pessoas e bens;
- Fornecer canoas a motor (pirogas) para facilitar o transporte e escoamento de produtos das populações locais;
- Criar mecanismos técnico-financeiro que permitam apoiar e incentivar a rede nacional de pesca artesanal;
- Reforçar as atividades de sensibilização às comunidades nos domínios de conservação da natureza e os efeitos das alterações climáticas nas zonas costeiras;
- Instalar fábricas de gelo para permitir os pescadores poderem conservar o pescado e reduzir a pressão sobre o ambiente;
- Apoiar na construção e reabilitação de estradas e redes elétricas;
- Apoiar a criação de postos de combustível que permita o acesso a combustível não só para os pescadores mas também para os agentes de fiscalização marítima;
- Apoiar as organizações locais que possuem experiência reconhecida em gestão de microcrédito, em projetos de microcrédito;
- Apoiar iniciativas locais que garantam a sustentabilidade de projetos;
- Construir escolas, centros de saúde em localidades onde não existem infraestruturas desse tipo;
- Criar comités de gestão mais inclusivos em que tanto as autoridades tradicionais, organizações de sociedade civil e as pessoas influentes na comunidade possam fazer parte.
- Sensibilizar e incentivar as comunidades a apostarem na cotização como forma de garantir a sustentabilidade dos projetos.

Recomenda-se para a Zona III (Mansoa, Buba, Cufada e Cacine):

- Adotar metodologias participativas de intervenção na concepção e execução de projetos;
- Apoiar na construção e reabilitação de furos de água;
- Realizar estudos de prospeção para deteção e captação de água apropriada para consumo em *Cussana*;
- Recuperar bolanhas, e fornecer motocultivadores e outras maquinarias agrícolas aos agricultores;
- Fornecer máquinas de descasque de arroz e prensa de produção de óleo de palma;
- Incentivar e apoiar a prática de horticultura;
- Fornecer assistência técnica aos horticultores, abrangendo não só os futuros beneficiários do projeto COASTAL, como também a todas horticultoras que atuam na zona III;
- Assistência técnica para elaboração de metodologias participativas de ação, tendo em conta as especificidades da zona III;
- Apoiar na construção de sistemas modernos de irrigação nas hortas;
- Apoiar a vedação das hortas e a prevenção e controle de pragas, criando um mecanismo de alerta precoce que visa fortalecer não só os trabalhos de prevenção, mas sobretudo reforçar a capacidade existente no domínio de combate às pragas;
- Apoiar na alfabetização das mulheres e capacitá-las em matéria de género e empoderamento nas zonas rurais;
- Capacitar as horticultoras em gestão de negócios;
- Fornecer moto carros para mitigar a falta de transporte de pessoas e bens;
- Fornecer canoas a motor (pirogas) para facilitar o transporte e escoamento de produtos das populações locais;
- Criar mecanismos tecnico-financeiro que permitam apoiar e incentivar a rede nacional de pesca artesanal;
- Reforçar as atividades de sensibilização das comunidades nos domínios de conservação da natureza e os efeitos das alterações climáticas nas zonas costeiras;
- Instalar fábricas de gelo para permitir aos pescadores poderem conservar o pescado e reduzir a pressão sobre o ambiente;
- Apoiar na construção e reabilitação de estradas e redes elétricas;

- Apoiar a criação de postos de combustível que permita o acesso a combustível não só para os pescadores mas também para os agentes de fiscalização marítima;
- Apoiar as organizações locais que possuem experiência reconhecida em gestão de microcrédito, em projetos de microcrédito;
- Apoiar iniciativas locais que garantam a sustentabilidade de projetos;
- Construir escolas, centros de saúde em localidades onde não existem infraestruturas desse tipo;
- Criar comités de gestão mais inclusivos em que tanto as autoridades tradicionais, organizações de sociedade civil e as pessoas influentes na comunidade possam fazer parte.
- Sensibilizar e incentivar as comunidades a apostarem na cotização como forma de garantir a sustentabilidade dos projetos.

6. Referências

BIAI, I. A. R. F. Efeitos das Alterações climáticas na Zona Costeira Noroeste da Guiné-Bissau. Disponível em: http://www.civil.ist.utl.pt/shrha-gdambiente/DM_IB.pdf. Acesso em 16 de junho de 2022.

BIAI, J. Missão, Visão, Desafios, Dificuldades e Perspetivas. Bissau, GB. IBAP, 2021.

CATRY, P. et al. Ameaças e conservação. In: **Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão: Biodiversidade e Conservação**. Bissau, IBAP, 2021.

MAPLECROFT, Atlas de Mudanças Climáticas e Riscos Ambientais. Disponível em: <https://www.maplecroft.com/insights/analysis/global-economic-output-forecast-faces-high-or-extreme-climate-change-risks-by-2025/>. Acesso em 16 de junho de 2022.

MOTA, M. Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social. Lisboa: ASA, 2001

NOSSO FUTURO COMUM (Relatório Brundtland). Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas 1987/1991.

KUMMER, L. Metodologia Participativa no Meio Rural: uma visão interdisciplinar. Conceitos, ferramentas e vivências. Salvador: GTZ, 2007.

7. Anexos: Lista de Organizações de Apoio ao Desenvolvimento que atuam nas zonas de Estudo

Tabela 3: Lista de Organizações de Apoio ao Desenvolvimento que atuam nas zonas de Estudo

INTERVENÇÃO POR ZONA DE ESTUDO		
ZONA 1	ZONA 2	ZONA 3
ADEMA	AD	Conapesca
ADIM	Banco Mundial	UE Ativa
AFATA	Ianda Guiné	FIDA
AMI	NADEL	RA
ASAD	MANITESE	FORBI
FAO	OMS	Ianda Guiné
Governo da Guiné-Bissau	ONG VIDA	Ianda Guiné Djuntu
Ianda Guiné	PLAN Internacional	DIVOTEC
Tininguena	Projeto de Amado	IBAP
ASA	Secretária de Estado do Plano e Integração Regional	ONG VIDA
MANITESE	UBUNTO	PADES
MATAMAL		AD
Ministério da Pesca		Projeto Holandesa
NADEL		Projeto Cobocobo
No Rema Djuntu		Projeto de Agricultura
IBAP		Projeto Japão
OGD		Rede Sul
OMS		Tininguena
ONG AIDA		
Orange		
Presidência da República		
RENAC		
União Europeia		
UBUNTO		
AGRA		